

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 50/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

(Contém 72 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 20 de Dezembro de 2011, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho a Reunião da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período de Pré-Ordem do Dia

Após saudação, a Presidente começou por referir os assuntos a integrar na agenda, passando a palavra ao Vereador Artur Lima que disse ter também um ponto a integrar na agenda, uma recomendação. A integração desses pontos na agenda foi aprovada pelos Vereadores.-----

A Presidente passou, de seguida, à discussão e votação da ata número quarenta e oito de 2011, aprovada por maioria com abstenção da Presidente e do Vereador José Élio Ventura.-----

A Presidente deu início ao período de informações com a constituição do Gabinete de Apoio, dando conta de que o Vereador José Élio Ventura será o Vice-Presidente da Câmara, a Chefe de Gabinete será a Dr.^a Rosa Azevedo e que no Secretariado mantém-se Tiago Toste e Andreia Pereira.-----

Informou, ainda, que no dia 16 de Dezembro do corrente teve lugar uma reunião técnica, de apresentação às entidades parceiras do regulamento municipal de resíduos e limpeza pública do concelho.-----

A Presidente deu conta que, por despacho do anterior Presidente, foi concedida tolerância de ponto, a cinquenta por cento, nos dias 23 e 26 de Dezembro aos funcionários da autarquia, a propósito das festividades.-----

Em relação à questão colocada pelo Vereador Luís Brasil na última reunião, referente aos *mini-buses*, a Presidente deu conta que os dados estão a ser recolhidos, mas que efetivamente já tinham sido feitos contatos, conforme foi referido na mesma reunião pelo Vereador Fernando Dias e que há a intenção de aumentar o número de carreiras, mas

que, no entanto, o processo não está concluído, estando em fase de negociação. Concluiu que quando houvesse desenvolvimentos sobre o assunto daria conhecimento destes.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra para questionar se houve alguma alteração dos horários da recolha de lixo, uma vez que há cerca de três semanas, a passagem não tem um horário fixo, dando o exemplo da sua rua, onde disse que o carro de lixo não passou no dia anterior nem na manhã do corrente dia, acrescentando haver queixas na Rua da Palha e na Rua de São João. Disse que esta situação pode trazer problemas aos cidadãos, já que não sabem a que horas pôr o lixo na rua.-----

A Vereadora Teresa Valadão reiterou a chamada de atenção do Vereador Artur Lima, apontando o facto de viver no centro urbano e de ter constatado, nas últimas semanas, um aumento do número de sacos de lixo na rua, o que atraí animais, que rasgam os sacos e espalham o lixo.-----

A Presidente afirmou que na Câmara também deram conta da situação, acrescentando que já foi feito um contacto com os Serviços Municipalizados e que houve uma alteração de horário, a nível funcional, mas que a situação será revista, aquando da formação do conselho de administração.-----

A Vereadora Teresa Valadão referiu que seria importante distribuir o novo horário, nos porta-cartas dos munícipes, conforme foi feito anteriormente. O Vereador Artur Lima concordou, bem como a Presidente.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para cumprimentar oficialmente, em nome da bancada do PSD, os três novos elementos do executivo camarário, dois dos quais disse já serem conhecidos, por terem substituído alguns dos elementos do elenco anterior. Ressalvou seguidamente a importância do debate político numa Câmara constituída por três forças políticas diferentes, com formações profissionais diferentes, o que considerou ser saudável, acrescentando que espera que estes fatores funcionem como alavanca. Sublinhou a importância de diferenciar a discussão e o debate da política. Destacou, ainda, que a demissão dos três elementos do órgão executivo não significa uma mudança da Câmara, mas sim uma substituição e a consequente continuidade do mandato.-----

Nesta sequência, o Vereador António Ventura indagou se o Vereador António Gomes está na Câmara a tempo inteiro. A Presidente respondeu que o mesmo estará presente nas reuniões. Os Vereadores trocaram impressões sobre o número de Vereadores do PS e à diminuição do mesmo. A Presidente reafirmou a diminuição do número de Vereadores se mantém, dando conta que agora, a tempo inteiro, estará a própria e o Vice-Presidente, anotando o trabalho da restante equipa da autarquia e a capacidade desta mesma equipa. Acrescentou será dada continuidade a um processo que já foi iniciado, concluindo que estar ciente do trabalho que isso implicará.-----

O Vereador António Ventura chamou a atenção para o facto de ser preciso dar continuidade a alguns processos e recomendações, escritas e orais. Neste sentido, referiu os dados solicitados sobre o desemprego, economia paralela e rendimento social de inserção no Concelho, acrescentando que o pedido foi feito por haver falta de estatísticas sobre estes dados por ilha e por concelho. Deu conta que os dados de 2010 foram facultados, solicitando os mesmos dados em relação a 2011, recolha que disse levar algum tempo, apontando para Fevereiro de 2012. A Presidente questionou se os dados foram recolhidos internamente. O Vereador António Ventura respondeu que a Câmara faz uma série de contactos, com várias entidades, reiterando a importância da recolha e interpretação destes dados.-----

O Vereador António Ventura referiu, seguidamente, a recomendação, aprovada por unanimidade, sobre toxicodependência, concluindo que se aguardam os dados ao nível do Concelho, da Direção Regional das Dependências, da Polícia de Segurança Pública e da Comissão de Menores.-----

Reportou-se de seguida à recomendação sobre o turismo, nomeadamente sobre a avaliação do setor no Concelho, adiantando que foi entregue o primeiro relatório sobre 2010. Solicitou a mesma avaliação em relação a 2011, cuja entrega estimou igualmente para o mês de Fevereiro de 2012.-----

O Vereador António Ventura anotou a recomendação sobre o Documento Verde, aprovada por unanimidade, relativa à reestruturação das Autarquias e Juntas de

Freguesia. Solicitou que numa próxima reunião fosse feito o ponto de situação sobre este processo.-----

O Vereador António Ventura referiu, ainda, a recomendação sobre a obtenção de dados junto de algumas IPSS do Concelho, no sentido de perceber as dificuldades das famílias e das pessoas, através dos dados dos serviços prestados pela Cáritas, Cruz Vermelha, Banco Alimentar e AMI.-----

O Vereador António Ventura apontou a aprovação da criação de um Conselho Intermunicipal sobre a Tourada à Corda, dando conta que a Câmara ficou de apresentar uma proposta de regulamento, a qual disse continuar a aguardar, sublinhando que a mesma terá de ser submetida à Câmara da Praia, para aprovação.-----

Recordou, seguidamente, uma recomendação sobre o comércio, em que foi deliberado solicitar o estudo à Câmara do Comércio sobre o estado atual e perspetivas de futuro do comércio em Angra.-----

O Vereador António Ventura destacou, igualmente, a recomendação sobre o Monte Brasil, no sentido de haver um diálogo entre todas as entidades que têm gestão do espaço, direta ou indiretamente, de forma a encontrar novas ferramentas para potencializar o mesmo. Deu conta que a Câmara ficou de contactar essas entidades.-----

O Vereador António Ventura fez referência também a um relatório sobre os recursos hídricos do Concelho, sobre o estado atual e perspetivas de futuro, que disse estar a aguardar.-----

O Vereador António Ventura deu conta de duas preocupações debatidas em reunião de Câmara, a primeira em relação ao Porto das Pipas sobre segurança, licenciamento dos estabelecimentos e ainda sobre a jurisdição do mesmo, concluindo que a Câmara terá de se debruçar sobre estas questões. A segunda preocupação disse ter a ver com o uso a dar ao espaço do atual hospital, inquirindo sobre o diálogo entre a concessionária e a Câmara sobre o destino deste, anotando que esta primeira não poderá decidir o que fazer sem dar conhecimento à Câmara.-----

O Vereador António Ventura apontou que está por agendar uma recomendação sobre o despovoamento do cento histórico, assumindo culpa no facto de esta ainda não ter sido agendada, uma vez que os Vereadores do PSD ficaram de indicar um dia para a discussão deste assunto, deixando agora à Presidente a escolha da data. Concluiu que era este o ponto de situação que queria fazer.-----

A Presidente retorquiu que várias das questões enunciadas requerem a participação dos Vereadores, nomeadamente aquelas que envolvem solicitação de entidades externas à Câmara, através da solicitação dos dados por escrito, nota que o Vereador António Ventura comentou, afirmando que tal já foi feito. A Presidente anotou que as recomendações são anexadas aos pedidos de informação a serem feitos às várias entidades. O Vereador António Ventura afirmou que noventa e cinco por cento foram expostas por escrito e as que não estão constam em ata, com as devidas especificações, concluindo que a Câmara tem a informação necessária para a recolha dos dados, acrescentando que está disponível para esclarecer alguma dúvida. A Presidente concluiu que será feito um levantamento e que a própria se irá inteirar dos assuntos levantados para poder dar seguimento aos mesmos.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que a sua exposição foi feita no sentido de dar conhecimento das anteriores deliberações.-----

O Vereador António Ventura passou de seguida a outro assunto, relacionado com a posição do PS na altura da nomeação dos três novos elementos do órgão executivo. Apontou que foi anunciado pelo PS que estes membros iriam assumir funções mediante duas condições: a aprovação dos orçamentos e planos de investimentos e a restituição de todas as competências, previstas na lei, que foram retiradas aos membros do executivo. Considerou que estas condições têm implicação no funcionamento da Câmara e que atentam contra os mandatos, por serem antidemocráticas e por criarem instabilidade, alegando que a estabilidade só se atinge com os atritos normais da democracia. Afirmou que estas condições levam ao início de um mau relacionamento, de desconfiança, concluindo que esta não favorece o debate, que disse ser benéfico para o Concelho. Disse ainda esperar, por parte dos Vereadores do PS, que não sigam estas imposições, de forma a terem condições, através do diálogo e do debate, para um bom relacionamento com o objetivo último de servir os angrenses.-----

A Presidente ressaltou estranhar que o Vereador, enquanto líder partidário, considere a possibilidade de estes elementos desobedecerem a uma proposta do partido, que convidou a própria, como independente, e aos outros Vereadores, a estar na Câmara, concluindo ser, no seu entender, um mau princípio. Anotou que todos estão na Câmara através de uma eleição e de um partido, diferenciando que a reunião de Câmara não consiste num debate político entre partidos políticos. Afirmou que as condições impostas são fundamentais para o funcionamento de uma Autarquia, nomeadamente a aprovação do orçamento. Sobre a delegação de competências, deu o exemplo da aprovação dos selos de residente que considerou ser uma das competências a delegar, acrescentando que a legislação já prevê quais as competências que podem ou não ser delegadas à Presidente e aos Vereadores. Frisou que há competências da Câmara que não podem ser delegadas e que são salvaguardadas, mas que há outras que, por questões de celeridade, podem ser delegadas e subdelegadas. A Presidente afirmou ainda que o papel de todos os presentes nestas reuniões não pode ser com base em discussões políticas, mas sim com objetivo de resolver os problemas do Município e dos munícipes, abstendo-se da discussão política.-----

O Vereador António Ventura apontou que esta é uma discussão política, uma vez que estas imposições afetam o normal funcionamento da Autarquia e impossibilita o órgão de debater e de propor alterações sobre estes documentos. Recordou que nos últimos dois anos houve sempre um pré-diálogo e um diálogo, com todas as divergências, para aprovar consensualizar documentos. Inquiriu a Presidente se estará aberta ao diálogo e à apresentação de propostas. Sobre a delegação de competências, afirmou que a lei confere funções distintas aos Vereadores e à Presidente e que estas podem ser delegadas, para a agilização de procedimentos, considerando que estas devem ser restituídas, acrescentando que foram retiradas por falta de confiança nos anteriores membros. Concluiu que atualmente é preciso estabelecer um relacionamento de confiança e que este deve decorrer naturalmente, sem que seja imposto. Reiterou, ainda, que as imposições são inaceitáveis por não permitirem o debate dos documentos que serão apreciados e que esta não é uma questão partidária, mas de um mau princípio, que sublinhou impedir a discussão por parte dos Vereadores eleitos. Indagou novamente se a Presidente está ou não aberta ao diálogo.-----

A Presidente anotou que estes dois assuntos estão na agenda de trabalhos e que na altura terão todos hipótese de manifestar os entendimentos e considerações sobre as propostas feitas. Considerou, ainda, que o problema que se coloca está relacionado com a declaração feita pelo PS e não com o facto de se justificar a delegação de competências, que disse já ter sido feita, nos mesmos moldes em que é agora proposta. Concluiu que as imposições do PS são, no entendimento da própria, essenciais para o bom funcionamento da Câmara, concluindo que o assunto deverá ser retomado no devido ponto da ordem de trabalho.-----

O Vereador António Ventura frisou que esta é uma questão de fundo, que implica diretamente no funcionamento da Câmara, anotando a importância da discussão para reunir consenso. Voltou a afirmar que a declaração do PS impossibilita quatro Vereadores de discutirem assuntos determinantes para o Concelho, anotando esperar que haja, por parte da Presidente, abertura para discussão. A Presidente anotou que esta é inquestionável, estando prevista na lei.-----

O Vereador António Gomes tomou a palavra dando conta de ter pouca experiência nestes debates, anotando ter ouvido nestas discussões que o combate político está sempre na ordem do dia e que tem as suas nuances de interpretação. Concluiu por isso que algumas declarações não podem ser levadas à letra e não podem ser retiradas do contexto político, citando uma frase proferida pelo Presidente do PS/Açores, concluiu que o objetivo passa por normalizar a situação da Câmara que foi eleita pelos angrenses.-----

O Vereador António Ventura recordou que é hábito haver uma discussão prévia, fora da reunião de Câmara, na tentativa de chegar a um consenso, anotando que este ano tal não aconteceu, concluindo que daí se depreende que as propostas são para ser adotadas de forma rígida, quando tal atenta à estabilidade, rompendo os compromissos assumidos para 2011 com o anterior elenco camarário. Explicou estar contra essa diferença, em relação ao ano anterior, bem como contra essa postura, concluindo que tal é um facto e não uma interpretação. A Presidente ressaltou ter a maior consideração pelo anterior elenco, anotando que a postura da própria tem sido de diálogo com os Vereadores dos outros partidos. Em relação ao plano e orçamento afirmou já terem

falado igualmente sobre o assunto. Propôs que o assunto seja novamente discutido na ordem do dia e concedeu a palavra ao Vereador Artur Lima.-----

O Vereador Artur Lima após saudação cumprimentou os novos elementos, desejando aos mesmos os maiores sucessos no desempenho das funções, nomeadamente, por tomarem posse a meio do mandato, com as implicações que isso tem. Manifestou ainda a disponibilidade do CDS-PP para o cumprimento da missão destes. Afirmou ainda que a discordância de alguns assuntos do passado não impede que haja, mas antes pelo contrário, disposição para formar uma equipa de trabalho multipartidária, que através do diálogo e do consenso trabalhe em favor dos munícipes, concluindo que será essa a postura do CDS-PP, fazendo votos para que não haja uma degradação desta relação de trabalho, à semelhança do que aconteceu anteriormente.-----

Sobre o PS, o Vereador Artur Lima apontou que sempre disse, publicamente, que não respondia ao PS sobre estas questões, por entender que a discussão deve ter lugar na reunião de Câmara, ficando a política partidária de fora deste contexto. Concordou que a delegação de competências pode tornar mais ágil e mais eficaz o processo de tomada de decisão, que disse ser normal noutros municípios. Afirmou ainda que sem orçamento não há governação, concluindo que sobre estes dois pontos estão todos de acordo. Manifestou discordância, pelo menos da parte do CDS-PP, à maneira como foram feitas algumas afirmações e declarações do PS, que disse, diferirem das palavras do Presidente do Governo Regional, concluindo que estas segundas vêm de alguma maneira suavizar o que foi dito pelo Secretariado de Ilha do PS. Criticou e disse discordar da posição do Presidente da Assembleia Municipal de Angra, que sendo um órgão institucional, deveria ter tido algum resguardo. Recordou, concordando com as palavras da Presidente, que há dois anos delegaram competências sem conhecer os elementos, anotando que o fizeram para o bom funcionamento do município, mas que no entanto as coisas se desagregaram ao ponto de os Vereadores tomarem as competências da Câmara e não da Presidente. Sobre os planos e orçamento recordou que foram sempre viabilizados, quer o de 2010 quer o de 2011. Concluiu daí o erro político e grosseiro do PS ao fazer as imposições que fizeram. Afirmou que nos últimos tempos do anterior executivo camarário já não havia diálogo, anotando que não espera nenhum comentário dos Vereadores do PS presentes, e que o mais grave foi a ameaça, feita pelo anterior executivo, em relação ao direito de oposição, imposto por lei, dando motivo para o chumbo do orçamento e para "cair" a Câmara, com a obrigatoriedade de

pronúnciação, em menos de quarenta e oito horas. Disse ter decidido deixar passar, dando conta que a resposta foi o silêncio, concluindo que este é um exemplo claro da falta de diálogo que havia por parte do anterior executivo. Acrescentou não ter-se sentido tolhido com as declarações do PS e que será na reunião de Câmara que será decidido o melhor para o Município. Neste sentido, em relação à delegação de competências, a discutir na ordem do dia, disse ter uma proposta com o objetivo de chegarem a entendimento para o futuro.-----

Referiu, ainda, o facto de a Câmara receber mais um milhão e cem mil euros, dos cinco por cento de IRS que o Governo da República cativou do orçamento da Região, que disse terem sido transferidos na sexta-feira. Em termos de política camarária, deixou a nota que possivelmente terão de fazer em Janeiro alterações ao orçamento que o executivo herdou, mas que a notícia do milhão e cem mil euros, salvo erro, mereceu do Governo Regional uma nota que apontava a relação entre este e as autarquias e que para as ajudar tinham transferido os cinco por cento do IRS. Apontou a luta que houve, durante dois anos, para saber quem transferia o dinheiro, se o Governo Regional ou o da República, reportando-se ainda às declarações do então Ministro, Teixeira dos Santos, que dizia que o dinheiro já tinha sido transferido. Propôs que a Câmara exija ao Governo Regional que pague os montantes dos anos de 2009 e 2010, uma vez que o Vice-Presidente do Governo Regional diz que pagou 2011. Apontou ainda o facto de terem avançado com um ação contra o Governo da República em tribunal, sugerindo então que se mande um ofício à Vice-Presidência do Governo a pedir esclarecimentos sobre o pagamento de parte do ano 2009 e de 2010, que disse fazer falta ao executivo para prossecução das obras.-----

O Vereador Artur Lima concluiu a sua intervenção com os votos que a oposição e o executivo consigam ultrapassar questões passadas, pondo acima dos legítimos interesses partidários os interesses e anseios dos munícipes e do Município. Acrescentou que o entendimento é benéfico para todos, a par de um cenário de eleições intercalares, cenário que classificou de caótico, para o Concelho e para a equipa que entrasse em funções, independentemente de que equipa fosse, concluindo que seria uma eleição para durar sete meses, o que disse ser desastroso para Angra. Indicou, ainda, que a equipa nomeada estava na lista eleita por sufrágio tendo por isso total legitimidade formal e democrática, sublinhando que foi uma opção do PS e dos próprios

que aceitaram, com espírito de sacrifício esta missão, concluindo que o PS foi politicamente responsável por esta solução formal e democrática, para a qual disse esperar que todos dêem o seu melhor, com vista a trazer serenidade para Angra, dando início a muitas obras, cumprindo os objetivos a que se propuseram e para que foram eleitos. Em jeito de conclusão deixou a proposta que o assunto dos cinco por cento do IRS seja discutido na próxima reunião.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para concluir que devem ser feitos esforços para manter a estabilidade e para dar continuidade ao atual elenco camarário, anotando que ter início numa situação de imposição é um mau começo, recordando que nunca pediram eleições antecipadas nem a demissão de ninguém, antes pelo contrário, sempre foram pelo entendimento e o consenso, mas que dar a voz aos angrenses é um instrumento democrático legítimo, que pode ser utilizado se necessário e que não se deve ter receio nem medo deste.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra, anotando ter algumas questões a colocar, começando com uma preocupação que lhe manifestaram sobre uma esplanada perto do quartel de Bombeiros, com a volumetria da mesma e com o facto de esta ocupar metade da estrada. O Vereador acrescentou que esta questão estava salvaguardada no novo regulamento sobre esplanadas e supondo que está legal, disse que a questão estética é subjetiva, indagando se não seria possível fazer alguma intervenção. A Presidente informou que a esplanada foi embargada ontem e que, segundo informações do proprietário, o processo não tem o licenciamento camarário concluído. A Presidente indicou, ainda, que desde que os processos cumpram a legislação e reúnam os pareceres favoráveis, a Câmara não tem legitimidade para indeferir um processo que cumpra a lei. O Vereador Fernando Dias reportou-se ao novo regulamento, indagando se esta esplanada cumpriria o novo regulamento, ainda em discussão pública, sobre o qual o Vereador António Ventura disse haver uma petição. A Presidente disse que iria recolher informação sobre o assunto, que confirmou estar em discussão pública. O Vereador Fernando Dias inquiriu se o regulamento ira à próxima reunião da Assembleia Municipal. A Presidente retorquiu que não. O Vereador Fernando Dias disse que o assunto já foi aprovado há mais de um mês. A Presidente disse que são trinta dias úteis e não um mês.-----

O Vereador Fernando Dias referiu de seguida os relatórios semestrais sobre a situação da Câmara, Serviços Municipalizados e empresas municipais, que disse que deviam ter sido apresentados em Julho, dando conta que estes nunca lhes foram entregues, concluindo que era importante conhecer esses relatórios para efeitos de orçamento. A Presidente indicou ter a informação, em relação ao da Culturangra, que houve um atraso, dando conta que vai tentar reunir os dados para poder dar uma informação mais precisa.-----

O Vereador Fernando Dias fez referência à aprovação do novo Regulamento de Publicidade, indicando que foi feito um levantamento de todas as mensagens publicitárias do Concelho, no sentido de perceber quais as que iam contra o novo regulamento. Afirmou que o levantamento foi feito e o relatório entregue, inquirindo sobre a ação da Câmara face às conclusões do relatório, dando o exemplo de *outdoors* em rotundas que deveriam ter, segundo o regulamento, um espaço de oito metros entre eles, o que não se verifica. Concluiu questionando o que muda com o novo regulamento em termos práticos. A Presidente respondeu que depois da aprovação em reunião de Câmara foi deliberado que seriam notificados todos os promotores de publicidade e que estes se deveriam dirigir à Câmara, até ao final do ano, para solicitarem apreciação sobre os *outdoors* e para o respetivo licenciamento, dando conta que na próxima reunião de Câmara trará informação mais pormenorizada.-----

A Vereadora Teresa Valadão interveio para dar conta de uma preocupação de uma comerciante que disse à própria ter recebido uma carta da Câmara sobre a exposição de materiais à porta no comércio e que tinham pedido à comerciante que tirasse uma fotografia sem o material para verem o espaço da fachada que ocupa, para que esta pague uma taxa. O Vereador Artur Lima recordou que tal foi aprovado em reunião de Câmara e que o próprio votou contra. A Vereadora Teresa Valadão apontou não ter estado presente nessa reunião, não tendo percebido a circunstância em que a mesma se aplica uma vez inquirida pela comerciante que lhe deu conta das preocupações em relação à crise que atravessa o comércio tradicional. A Presidente disse que ia inteirar do assunto e recolher os dados.-----

Sobre este assunto, o Vereador Artur Lima, reafirmou ter votado contra o Regulamento de Taxas e Licenças que foi aprovado na Câmara, acrescentando que há mais exemplos

como o que foi levantado pela Vereadora Teresa Valadão. Pediu a informação sobre quantas coimas foram aplicadas pelos Serviços Municipalizados por colocação indevida de lixo, durante a vigência deste regulamento e também informação sobre quantas foram aplicadas sobre publicidade indevida no Concelho, concluindo que tal está previsto no regulamento. A Presidente concluiu que irá reunir os dados necessários.-----

A Presidente indagou junto dos Vereadores sobre a possibilidade de a próxima reunião ordinária pública da Câmara, a ter lugar nos Paços do Concelho, ser na próxima terça-feira, para preparação dos documentos, mantendo-se a regra da reunião às segundas-feiras. Os Vereadores concordaram.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Selos de Residente

Ent. 6224 – Pedido de emissão de selo de residente, efetuado por **Renata Filipa Morais Martins**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6256 – Pedido de emissão de selo de residente, efetuado por **Maria de Fátima Martins Cota Mendes**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6290 – Pedido de emissão de selo de residente, efetuado por **Margarida Manuela Lourenço Rodrigues**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6189 – Pedido de substituição de selo de residente, efetuado por **Luís Vasco da Silveira e Sousa**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6221 – Pedido de substituição de selo de residente, efetuado por **Domingos Correia Ribeiro**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 6235 – Pedido de substituição de selo de residente, efetuado por **Fábio Alexandre Fagundes Amaral**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Selo Mensal

Ent. 6222 – Pedido de emissão de selo mensal, efetuado por **Natércia da Conceição Furtado Medeiros**, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 9.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

O Vereador Artur Lima chamou a atenção para um lugar de estacionamento na Rua de São João que foi revogado, indicando que a placa continua a existir, estando a ocupar um lugar de estacionamento, concluindo ser necessário fazer a remoção da mesma. A Presidente assentiu.-----

Cartão de Vendedor Ambulante

Ent. 4856 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de bebidas e alimentos, efetuado por **Nelson Manuel Pais Medeiros**, para deliberação do órgão executivo sobre a decisão final de indeferimento, tendo em conta que não houve pronuncia escrita do interessado, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido.**-----

Ent. 6271 – Pedido de emissão de cartão de vendedor ambulante de bebidas e alimentos, efetuado por **Francisco Lúcio Corvelo Ferreira**, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Isenção de Taxas

Ent. 6233 – Pedido de isenção de taxas, efetuado pela **Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo**, referente à afixação de mensagens alusivas ao Natal, tendo em conta que se trata de uma parceria entre a requerente e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar na totalidade as taxas devidas.**-----

A Presidente deu nota que nesta época a Culturangra trabalhou sempre em parceria com a Câmara do Comércio, tendo em vista a revitalização do centro histórico, bem como algum apoio ao comércio tradicional.-----

Ent. 6195 – Pedidos de isenção de taxas, efetuado por **Eduarda Lúcia Jarroca da Rocha Castro**, referente à ocupação da via pública, bem como ao licenciamento de angariação de receitas para fins de beneficência, destinada a angariação de fundos para aquisição de uma cadeira de rodas, a realizar no dia 17 de Dezembro de 2011, na Rua da Palha, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar na totalidade as taxas devidas.**-----

Trasladação de Ossadas

Ent. 6108 – Pedido de trasladação de ossadas, efetuado por **Cristina Alexandra Cabral Costa Franco**, para autorização pelo órgão executivo, nos termos dos n.º s 2 e 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ocupação da Via Pública

Ent. 6190 – Pedido de ocupação da via pública, efetuado por **Eduarda Lúcia Jarroca da Rocha Castro**, destinada a uma feira da tralha, na Rua da Palha, freguesia da Sé, no dia 17 de Dezembro de 2011, a fim de angariar fundos para aquisição de uma cadeira de rodas, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Suspensão de Trânsito

Ent. 6161 – Pedido efetuado pela **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo**, com vista à suspensão de trânsito, em diversas artérias da Cidade, destinada às comemorações de Nossa Senhora da Conceição e Cerimónia de Inauguração das obras de remodelação e ampliação do edifício sede da requerente, no

dia 8 de Dezembro de 2011, para ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pelo então Presidente da Edilidade.**-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu a razão deste ponto não ter vindo à última reunião de Câmara. A Presidente deu conta que a anterior reunião foi extraordinária e que não podia inserir o assunto nos pontos fora da agenda.-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Projetos de Arquitetura

Processo n.º 13/2011/77 – Requerimento datado de 22 de Setembro de 2011, de **José Mancebo Soares**, residente no Caminho do Meio de São Carlos, n.º 4, freguesia de São Pedro, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao projeto para remodelação e ampliação de moradia, no prédio sito no Caminho do Meio, n.º 3, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este projeto, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

O Vereador Fernando Dias ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação, por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º do CPA.-----

Licenciamentos

Processo n.º 01/2009/371 – Requerimento datado de 30 de Novembro de 2011, de **Joaquim Jorge da Silva Santos**, residente no Caminho da Vila, n.º 21, freguesia de Porto Judeu, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao aditamento ao

projeto de estabilidade para construção de moradia no prédio sito no Caminho da Esperança, freguesia de Porto Judeu. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2008/422 – Requerimento datado de 28 de Julho de 2011, de **António Mendonça Mendes**, residente na Ladeira do Martinho, n.º 30, freguesia de Santa Bárbara, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao aditamento aos projetos de estabilidade, arranjos exteriores e águas pluviais para construção de moradia no prédio sito na Ladeira do Martinho, freguesia de Santa Bárbara. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 13/2011/117 – Requerimento datado de 30 de Novembro de 2011, de **Fernando Henrique Martins Ávila**, residente na Canada do Célis, freguesia de São Pedro, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à alteração da entrada do pátio no prédio sito nas Bicas de Cabo Verde, freguesia de São Pedro. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 13/2011/63 – Requerimento datado de 2 de Dezembro de 2011, de **Fernando Martins Fernandes**, residente na Rua da Igreja, n.º 18, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à ampliação da

moradia sita À Ponte, n.º 17, freguesia de Ribeirinha. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este licenciamento, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Informação Prévia

Processo n.º 12/2011/1 – Requerimento datado de 29 de Setembro de 2011, de **Antão Francisco de Castro Caçador**, residente na Rua 11 de Agosto, n.º 1, freguesia de São Bartolomeu, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de informação prévia quanto à viabilidade de operação de loteamento para criação de 9 lotes no prédio sito na Rua 11 de Outubro, freguesia de São Bartolomeu. Encontra-se munido dos pareceres condicionados da Arquiteta Municipal, Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este pedido.**-----

Prorrogação de prazo para
conclusão de
obras

Processo n.º 01/2009/389 – Requerimento datado de 8 de Setembro de 2011, de **Instituto de São João de Deus – Casa de Saúde de São Rafael**, com sede na Rua Dr. Aníbal Bettencourt, s/n, freguesia de Santa Luzia, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 5, artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de prorrogação por mais 90 dias do prazo concedido para conclusão da obra de remodelação de edifício sito na Rua Dr. Aníbal Bettencourt, freguesia de Santa Luzia. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

Processo n.º 01/2008/422 – Requerimento datado de 14 de Dezembro de 2011, de **António Mendonça Mendes**, residente na Ladeira do Martinho, n.º 30, freguesia de Santa Bárbara, concelho de Angra do Heroísmo, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 5, artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de prorrogação por mais 90 dias do prazo concedido para conclusão da obra de construção de moradia no prédio sito na Ladeira do Martinho, freguesia de Santa Bárbara. Encontra-se munido de pareceres favoráveis do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos dos pareceres técnicos.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Linha MT a 15 KV Angra do
Heroísmo 02 (troço Sé PT de São
Francisco), Ilha Terceira

Ent. 5950 – Programa de trabalhos detalhado apresentado pela firma **Açorcabos – Telecomunicações e Electricidade, Lda.**, no seguimento da determinação da deliberação camarária de 7 de Novembro de 2011. Vem informado favoravelmente pelo DDSGT. Para aprovação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este programa de trabalhos.**-----

Orçamento, Grandes Opções do
Plano e Mapa de Pessoal da
Câmara Municipal para 2012

Orçamento da **Câmara Municipal** para o ano 2012, o qual importa, tanto na receita como na despesa o total de € 21.070.757,00 (vinte e um milhões, e setenta mil setecentos e cinquenta e sete) Euros e Grandes Opções do Plano no valor global de € 12.830.487,00 (doze milhões, oitocentos e trinta mil e quatrocentos e oitenta e sete

euros). O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2012, para aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Verificando-se um empate, a Presidente da Câmara usou o voto de qualidade, pelo que a votação foi a seguinte:-----

3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, 1 abstenção do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do PSD, tendo sido deliberado submeter este documento à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Presidente começou por dizer que o orçamento da Câmara para 2012 é de vinte e um milhões, e setenta mil setecentos e cinquenta e sete euros, passando a explicar que o valor tem a ver com a receita, uma vez que é feito com base nesta, sendo feita uma estimativa do valor a receber sendo, a partir daí, feita a afetação às diferentes componentes de corrente e de capital. Em termos de recursos do orçamento, referiu que este provém da Administração Central, das transferências do Governo, a nível nacional, o que disse ter um peso de 45,7 por cento, em euros, nove milhões seiscentos e trinta e oito, cento e sessenta e nove euros, que se dividem em três fundos: o Fundo de Equilíbrio Financeiro, um fundo que disse ser calculado com base em critérios como o território, população, etc., que tem um peso de sete milhões oitocentos e oitenta e oito, duzentos e noventa e seis euros, que transfere fundos quer de corrente, quer de capital; o Fundo Social Municipal, calculado com base em aspetos como a educação, saúde ou ação social, vem consignada e diz respeito a despesas correntes, no valor de seiscentos e vinte e sete mil, zero oitenta e dois euros; o IRS, que disse que o valor é calculado em função do IRS cobrado localmente, a partir do qual disse que vão receber um milhão, cento e vinte e dois mil, setecentos e noventa e um euros. Explicou que as transferências são feitas do Estado para a Autarquia mensalmente, divididas em doze meses. Referiu que com a Lei do Orçamento do Estado para 2012 há reajustes nos processos de cálculo das transferências e conseqüentemente reduções nos valores de transferência para as autarquias, dando exemplo das diferenças dos valores em relação a 2011 e a 2010.-----

Referiu de seguida o peso dos fundos comunitários nas receitas da autarquia, que disse ser de 28,3 por cento, em euros, cinco milhões, novecentos e cinquenta e oito mil euros, que disse serem na totalidade Proconvergência. Anotou de seguida o terceiro aspeto com mais peso nas receitas da autarquia, os impostos diretos, no valor de dois milhões, trezentos e setenta e seis mil euros, com um peso de 11,3 por cento, o IMI e o IMT, chamando a atenção para o facto de haver uma redução clara das vendas, havendo por isso menos receita de IMT e ainda o Imposto de Circulação.-----

A Presidente apontou de seguida uma verba que tem um peso considerável no orçamento, afeta às habitações sociais, no valor de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros, 6,4 por cento do orçamento, dividida por duas origens: o IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que vai transferir verba para a aquisição das casas, no valor de setecentos e catorze mil euros, concluindo-se assim um processo que disse durar há bastante tempo e a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, com seiscentos e trinta e seis mil euros, também para as habitações sociais, que transfere verba para juros e capital de empréstimos realizados por conta das habitações sociais.-----

Com um peso menos significativo, referiu de seguida os impostos indiretos, no valor de quatrocentos e vinte mil euros, 2 por cento do orçamento, que consistem nas taxas de particulares e empresas, que são pagas nos procedimentos diretos requeridos na Câmara.-----

A Presidente apontou seguidamente a venda de bens e serviços correntes, 2,2 por cento do orçamento, com quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis euros.-----

Deu conta de outras receitas correntes, como a venda de bens de investimento ou rendimentos de propriedade, que disse serem bastante menos significativas.-----

Em termos de divisão da receita disse terem as receitas de capital, com um peso de 52,5 por cento no orçamento, no valor de onze milhões, zero cinquenta e sete, seiscentos e quatro euros e as receitas correntes, que pesam 47,5 por cento no orçamento, no valor de dez milhões, treze mil, cento e cinquenta e três euros.-----

Concluiu que o orçamento de 2012, comparado com outros anos é mais reduzido, concluindo que este foi feito de uma forma realista, ressaltando o esforço da equipa que o realizou, anotando estar ao nível de execução de anos anteriores.-----

Sobre a apreciação da despesa de capital, a Presidente deu conta de ter um peso de 54,4 por cento, no valor de onze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro euros. Em termos de despesas correntes, deu nota de esta ter um peso de 45,6 por cento, no valor de nove milhões, seiscentos e um, oitocentos e três euros, anotou que o maior peso diz respeito às despesas com o pessoal, um peso de 43,12 por cento, no valor de quatro milhões, cento e trinta e nove, novecentos e trinta e seis euros, e a aquisição de bens e serviços, com 27,07 por cento, no valor de dois milhões, quinhentos e noventa e nove, seiscentos e quatro euros.-----

Referiu ainda que as despesas de capital mais relevantes são com os edifícios, com 34,42 por cento, no valor de três milhões, novecentos e quarenta e oito mil, zero cinquenta e seis euros, e as transferências de capital, com 16,98 por cento, no valor de um milhão, novecentos e quarenta e sete mil e novecentos euros. O total do Plano Plurianual de Investimentos é de sete milhões, oitocentos e sessenta, seiscentos e seis euros.-----

Em relação às Grandes Opções do Plano, em termos de despesas correntes, afirmou que a gestão é feita da forma habitual e de forma comum em relação às diferentes entidades, anotando que o que diverge são as Grandes Opções do Plano. Disse que o valor global será de doze milhões, quatrocentos e vinte e quatro, quinhentos e oitenta e sete euros, destacando-se: o ensino não superior, com três milhões quatrocentos e cinquenta e sete, quinhentos e oitenta e um euros, 23,83 por cento; os transportes e arruamentos um peso de 20,31 por cento, no valor de dois milhões quinhentos e vinte e dois, novecentos e oitenta e oito euros; e a cultura, com um peso de 16,95 por cento, no valor de dois milhões cento e cinco quinhentos e dois euros, anotando que há por vezes uma associação imediata da Cultura à Culturangra, esclarecendo que não é só, inclui ainda tauromaquia, contratos com outras entidades, etc.-----

Concluiu que as Grandes Opções do Plano são constituídas por vários projetos a decorrer, salientando, ao nível da Educação, os projetos em execução nas escolas, como o novo projeto da Escola de Santa Bárbara, que disse que será revisto, os

Pavilhões Desportivos do Posto Santo e Doze Ribeiras, que disse complementarem a componente da Educação.-----

Em termos de Ação Social salientou o apoio a estratos sociais desfavorecidos e o Plano das Toxicodependências. Sobre Habitação e Serviços Coletivos, a Presidente referiu a delegação de competências para as Juntas, com a manutenção dos parques habitacionais, acrescentando ainda a empreitada de reabilitação das habitações sociais.-

A Presidente apontou seguidamente o Ordenamento do Território, no qual ressaltou a requalificação dos espaços públicos, por via de delegação de competências nas Juntas.-

Em termos de Água e Saneamento, referiu as transferências de capital para os Serviços Municipalizados, a qual disse ser mais fácil perceber na apresentação posterior, sobre alguns investimentos a realizar em termos de águas.-----

A Presidente deu conta de seguida que os resíduos sólidos serão também alvo da delegação de competências, no sentido em que as Juntas são parceiras da autarquia, concluindo que não poderia ser de outra forma, em diferentes valências, como limpeza e habitações sociais, etc., aparecendo diversas vezes nas Grandes Opções do Plano.-----
No que diz respeito à Cultura, salientou o projeto de reabilitação do Teatro Angrense, anotando que já existe o levantamento das situações problemáticas do teatro, de forma a avançar para o projeto base. Salientou as transferências para a Culturangra, que é a empresa que implementa uma grande parcela das atividades culturais, desportivas e de lazer no Concelho.-----

Sobre Desporto, Recreio e Lazer, a Presidente anotou novamente o papel da Culturangra, acrescentando o apoio a equipas e atletas em nome individual, ressaltando que a verba cativa no orçamento, de duzentos mil euros, está muito próxima da concedida no ano passado, acrescentando que terão de analisar a conclusão da avaliação para perceber as eventuais adaptações a fazer.-----

A Presidente referiu de seguida a conclusão da obra da estufa do Jardim Público, prevista para o fim do primeiro semestre de 2012 e o projeto de requalificação da zona balnear da Salga, um tipo de intervenção que disse ter um grande peso financeiro no

orçamento, concluindo não haver disponibilidade financeira para fazer uma intervenção em todas ao mesmo tempo.-----

Em termos de transportes e comunicações, salientou a continuidade do 3.º Pacote de Estradas e a elaboração do projeto do 4.º Pacote, a reabilitação das calçadas no centro histórico. Sobre mercados e feiras, a Presidente destacou o projeto de execução do Mercado Duque de Bragança, concluindo assim dos destaques em relação às Grandes Opções do Plano.-----

A Presidente passou de seguida ao Mapa de Pessoal, deu conta que está prevista a integração de três elementos dos Serviços Municipalizados, três pessoas que normalmente trabalham com a Câmara, tendo esta integração o objetivo de regularizar a sua situação. Referiu de seguida os concursos, que já estavam em andamento, da contratação de cinco assistentes operacionais, dois assistentes técnicos, um técnico superior para os Recursos Humanos e um Engenheiro Civil.-----

A Presidente concluiu a apresentação, dando lugar à discussão.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra, confirmando que o Orçamento em causa é mais reduzido, considerando que tal não constitui um problema, dando o exemplo de anos em que o orçamento era muito maior, mas que depois a execução foi apenas na ordem dos trinta por cento, nomeadamente o ano 2001. Manifestou que o importante é que a receita prevista se adequa à execução da receita, afirmando que o maior problema se tem posto ao nível das receitas de capital, por haver uma sobrevalorização da receita proveniente dos fundos comunitários. Apontou que neste orçamento há uma redução neste sentido, anotando haver um empolamento nos seis milhões de capital provenientes dos fundos comunitários, cujo valor disse que será cerca de metade, sugerindo que não se fizessem empolamentos nas receitas de capital, de forma a não dar origem a execuções na ordem dos trinta por cento, como em 2001, anotando que esse ano foi uma exceção e que, normalmente, a execução anda à volta dos cinquenta por cento na Câmara, sugerindo, por isso, que se faça um nivelamento por baixo, podendo haver revisões posteriores, no caso de os montantes serem atribuídos na totalidade.-----

O Vereador Fernando Dias deixou também uma nota sobre as despesas correntes previstas que, comparadas com 2011, são menores, indagando sobre as despesas com os subsídios de Natal e de férias, anotando a redução da despesas com pessoal, na ordem dos quatrocentos mil euros, considerando que deveria haver redução correspondente na despesa corrente, para serem aplicados em despesa de capital, nomeadamente em investimentos. Ainda sobre a despesa corrente, o Vereador Fernando Dias reportou-se ao documento do exercício do direito da oposição, onde se defende a “tomada de medidas que conduzam a efetiva redução das despesas correntes, melhorando simultaneamente os níveis de cobrança de determinadas receitas”, anotando que essa frase é repetida todos os anos, concluindo que em termos efetivos tal não se verifica. Chamou a atenção para a última parte frase, dando o exemplo da receita com parquímetros em 2007 e 2010, questionando a previsão dos valores para 2011 e 2012, uma vez que houve, em anos anteriores uma cobertura maior, tendo havido igualmente um alargamento do espaço tarifado, chamando a atenção para este encargo da Câmara e para a sustentabilidade do mesmo. Indagou sobre as eventuais razões para este facto, apontando que poderão ter a ver com falta de fiscalização, sublinhando haver uma fatura crescente a pagar à EVT referente aos *mini-buses*. Concluiu chamando a atenção para a importância da revisão deste ponto.-----

O Vereador Fernando Dias chamou ainda a atenção para outro ponto, a discutir posteriormente, sobre a despesa de cerca de um milhão e duzentos euros para a Culturangra, anotando que o problema não é o valor, mas o facto de haver uma tendência para o aumento do valor para financiar as despesas correntes da Culturangra. Disse perceber que o valor, comparado com o ano passado, aumente duzentos mil euros uma vez que a Culturangra perdeu um subsídio nesse valor, que não estava previsto. Afirmou que o que é preocupante é que esse valor tenha vindo a aumentar consecutivamente, sendo necessário perceber como o reduzir nos próximos anos.-----

Finalmente, o Vereador Fernando Dias levantou o tema do orçamento participativo, que disse constar do programa do PSD para a Câmara, anotando que com o anterior elenco camarário tinha ficado a ideia que se poderia fazer alguma coisa nesse aspeto. Concluiu que o orçamento participativo é uma sugestão do PSD e seria possível arranjar um *plafond*, através do qual era dado aos angrenses a possibilidade de se pronunciarem

sobre opções de investimento, fundamentais para o Concelho, sublinhando que tal aproximaria os cidadãos do poder local.-----

Em jeito de conclusão, o Vereador Fernando Dias disse haver algumas questões a colocar ao nível de projetos, apontando nomeadamente o Plano Pormenor de Salvaguarda, que disse ser recorrente, principalmente por ter sido anunciado em 2002 ou 2003 que estava pronto.-----

O Vereador António Ventura iniciou a sua intervenção reportando-se à questão levantada pelo Vereador Fernando Dias sobre o orçamento participativo, dando conta que a aplicação deste seria feita, não na totalidade, mas de uma forma "tímida" e evolutiva, conforme disse acontecer noutras autarquias do país. Neste sentido, considerou que a opinião e participação não foram tidas em conta e que embora seja um processo difícil e moroso, o compromisso tinha sido assumido.-----

Na questão do ordenamento do território, o Vereador António Ventura, referiu que o plano de urbanização, que permite definir áreas de crescimento foi adiado. Anotou que este plano tinha uma dotação de 15 mil euros em 2011, que não foram executados, previa cento e cinquenta mil euros para 2012 e cento e cinquenta mil euros para 2013, surgindo agora com cinco euros. Indicou que era um dos principais objetivos da Câmara, de início, implementar um plano estratégico de crescimento. Paralelamente, apontou o Plano de Salvaguarda de Angra do Heroísmo, que disse aparecer agora com cerca de quarenta e cinco mil euros, quando em 2011 detinha cento e dois mil euros, que não foram executados, ressaltando que tinha ficado decidido, no anterior Orçamento que este plano de pormenor seria concluído e publicado em 2011, destacando, ainda, que o projeto para o estudo do arranjo arquitetónico das ruínas existentes no centro histórico, com verba de quinze mil euros não foi realizado. Afirmou igualmente que o plano integrado para a recuperação e iluminação da baía de Angra surge em 2010, estando ainda por realizar. Indicou que o estudo da urbanização da zona nascente também desapareceu, quando detinha cinquenta mil euros em 2011 e previa cem mil euros para 2012. Concluiu que, em termos de instrumentos territoriais de planeamento e gestão, para o crescimento e para o pormenor do centro histórico, nada está previsto no plano, quando havia o compromisso de todas as partes na necessidade de se atuar nesta área.-----

Em termos de Segurança e Ação Social, o Vereador António Ventura considerou que são áreas que requeriam diálogo prévio, num ano de crise agravada como 2012, que afetará a todos. Destacou o desaparecimento da ação de apoio a idosos e bem estar, que tinha uma dotação de cerca de quarenta e seis mil euros em 2011.-----

O Vereador António Ventura referiu-se de seguida ao plano das toxicodependências, cuja verba total terá diminuído mil euros, aumentando a verba para o reforço policial no Porto das Pipas, em cinco mil euros. Defendeu que não entende como é que o plano pode ser o aumento do reforço policial nesta zona, acrescentando a utilidade de saber quantas vezes reuniu o núcleo restrito e a rede alargada, previstos no plano que aflora um conjunto de situações, que têm como base um estudo feito por um sociólogo ao Concelho. Realçou que ficou o compromisso de se fazer um verdadeiro plano, ao contrário do proposto, em colaboração com a Direção Regional das Toxicodependências e com a PSP.-----

Sobre os apoios em espécie e com serviço externo, o Vereador António Ventura disse haver vinte mil euros para cada um, no financiamento não definido, anotando que é preciso perceber de onde vêm estes quarenta mil euros e saber onde estão previstos, principalmente por tratar-se de um ano de crise.-----

Sobre a habitação, o Vereador António Ventura indagou sobre a participação do município na SRU, anotando que o processo não avança nem recua, continuando à espera de uma definição, acrescentando que o estudo económico-financeiro, de quinze mil euros, previsto para 2011, não foi realizado.-----

O Vereador António Ventura chamou de seguida a atenção para o combate às térmitas, que disse ter tido em 2011 noventa e quatro mil duzentos e quarenta euros, uma verba avultada, à semelhança de 2010. Anotou que para além das campanhas de sensibilização, não está previsto para o combate às térmitas mais nenhuma verba. Frisou de seguida o valor de habitações infetadas no centro histórico, de vinte e cinco por cento, acrescentando ainda a propagação, concluindo que não é possível erradicar o problema, mas que é possível combatê-lo com medidas eficazes.-----

Sobre a empreitada de reparação de habitações sociais, o Vereador António Ventura indicou a verba prevista, de cinquenta mil euros, no financiamento não definido, afirmando ser importante perceber de onde vem este montante.-----

No que diz respeito à aquisição de imóveis, requalificação urbana, o Vereador António Ventura chamou a atenção para o facto de estarem previstos cinco euros, questionando que projeto será elaborado com cinco euros.-----

O Vereador António Ventura questionou, ainda, o valor da aquisição de terreno para habitação com permuta, que disse ser igual a 2011.-----

Sobre a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, o Vereador António Ventura referiu a construção do canil municipal, indicando que é uma obra adiada, que surge com cinco euros. Anotou que em 2011 previa cinco mil e quinhentos euros, para o projeto e cinquenta e nove mil cento e dois euros para a construção, concluindo que agora não existe nem uma, nem outra.-----

Sobre a prevenção de infestação de roedores, o Vereador António Ventura deu conta de que os números são aflitivos, acrescentando a reocupação dos munícipes. Reconheceu que a participação dos cidadãos nesta área terá de ser maior, anotando algum desleixo no combate aos roedores, acrescentando que a verba é insignificante para uma ação articulada com outros níveis de poder.-----

O Vereador António Ventura apontou de seguida o Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo, que disse ter sido outra das "bandeiras" do elenco camarário do PS, surgindo em todos os planos, mas que agora desaparece no plano de 2012.-----

Sobre a elaboração do projeto do Teatro Angrense, o Vereador António Ventura disse que este surge com trinta mil euros, quando havia o compromisso de o fazer em 2011.---

O Vereador António Ventura referiu também o protocolo com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, que passa dos cento e cinquenta mil euros para cem mil euros.-----

Sobre a construção do pavilhão da Universidade dos Açores, o Vereador António Ventura indica que a obra desaparece, quando estavam previstos cento e dois mil e

quinientos euros para 2011, no plano de 2010. Questionando o que aconteceu ao projeto.-----

O Vereador António Ventura anotou os projetos de especialidade da Casa de Chá do jardim e do Relvão, em 2010, que previam dois mil e quinhentos euros, ficaram esquecidos. Chamou a atenção para a dotação de verba na educação, nomeadamente na Ciência Divertida, a Matemática a brincar, que desaparecem do plano. Anotou que a Bolsangra tem a mesma dotação de 2011, o que disse ser um instrumento para apoiar as famílias que têm filhos a estudar no exterior.-----

Sobre o Desporto, o Vereador António Ventura anotou o projeto para recuperação e ampliação do Clube Náutico, que surge agora com sessenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco euros, estando previsto no plano de 2011 com oitenta e nove mil euros, concluindo que nada se fez relativamente a este projeto.-----

O Vereador António Ventura indicou de seguida os parques subterrâneos e de superfície e a elaboração de peças concursais, que em 2011 tinha quinze mil euros e que não foi executado. Alertou para o facto de não estarem a tecer considerações sobre a utilidade, ressaltando a importância da participação pública no debate.-----

Referiu igualmente a elaboração do parque de estacionamento do Largo Prior do Crato, que disse ter desaparecido.-----

Relativamente ao Pacote 4 das estradas, o Vereador António Ventura referiu que foi também um compromisso assumido, estando previsto para 2011 trinta e cinco mil euros para a elaboração do projeto e oitocentos mil euros para a execução. Apontou que para 2012 está apenas previsto trinta mil e setecentos euros para a elaboração do projeto.-----

Concluiu que a grande questão é se este plano anuncia grandes ações e grandes obras, sublinhando a componente do IRS, que deu nota de não ser suficiente, afirmando que são muitas vezes anunciadas grandes obras que não são cumpridas.-----

O Vereador António Ventura fez de seguida referência ao estudo sobre o trânsito, no valor de sessenta mil euros, com o qual disse concordar, por ser uma boa ação,

anotando no entanto haver trinta mil euros no financiamento não definido, afirmando a importância de perceber de onde vem este valor.-----

Sobre o Mercado Duque de Bragança, o Vereador António Ventura questionou a proposta, principalmente por estar prevista verba para este projeto desde 2009.-----

O Vereador António Ventura inquiriu sobre a aquisição de vinte e quatro placas informativas, para melhorar a informação no centro histórico, concluindo que não foi feita aquisição de nenhuma placa.-----

O Vereador António Ventura referiu de seguida uma ação, nos Paços do Concelho, relativa ao tratamento contra as térmitas, que desaparece em 2012, anotando que a mesma tinha cinco euros previstos em 2010 e 2011. Indagou se esse tratamento está englobado noutra ação.-----

A Presidente deu conta que irá responder às questões sobre as quais já dispõe de informação, acrescentando que às questões que carecem de esclarecimento adicionais trará a informação posteriormente.-----

Em relação às questões colocadas, nomeadamente sobre as receitas de capital sobrevalorizadas, a questão dos cinco milhões, novecentos e cinquenta e oito mil euros de fundos comunitários e do entendimento de que o valor chegará apenas em metade, a Presidente apontou que não foi esse o entendimento da equipa que esteve a preparar o orçamento, ressaltando que os técnicos foram muito exigentes na previsão das receitas e nas despesas, acrescentando que os montantes em dúvida não foram tidos em consideração. Indicou que a não execução pode acontecer por múltiplos motivos, alguns deles associados ou não à Câmara.-----

Sobre as despesas correntes e a necessidade de redução, a Presidente apontou que é importante referir que há uma redução das despesas correntes de 7,71 por cento, comparando com os dados de 2011. O Vereador Fernando Dias concordou, acrescentando que a redução deveria ter sido maior.-----

A Presidente reportou-se à questão relacionada com os cortes no subsídio de Natal e de férias, explicando que há uma compensação que também tem de ser contemplada, na

qual disse que é possível encontrar a diferença, que tem a ver com as novas contratações dos recursos humanos, bem como uma previsão incerta, relativa a processos indemnizatórios, no caso da redução de chefias, que podem ou não acontecer.-----

Sobre a questão das despesas correntes e do exemplo dos parquímetros, a Presidente esclareceu que as zonas de parquímetro têm vindo a aumentar, mas também têm vindo a aumentar as exigências e as necessidades em função desse sistema, nomeadamente ao nível de vigilância e fiscalização, a propósito dos atos de vandalismo e não cumprimento. No entanto, acrescentou que há valores que serão alvo de reapreciação.--

Relativamente às transferências correntes, no valor de um milhão, duzentos e sessenta mil euros, para a Culturangra, a Presidente explicou que é uma empresa que tem à sua responsabilidade o Centro Cultural, Teatro Angrense, Jardim dos Corte-Reais, o campo de ténis, o pavilhão municipal, o campo de jogos municipal e sete zonas balneares, anotando que estas são as infra-estruturas de manutenção e que será com esta verba que se fará a manutenção destes espaços. Para além disso, deu conta que a Culturangra tem, em permanência, cinquenta funcionários contratados, anotando que a isto acresce a contratação de dezoito nadadores-salvadores, durante três ou quatro meses por ano, concluindo que estas são despesas correntes, sublinhando que anteriormente a Culturangra era uma unidade da Câmara, que transita para uma forma autónoma de gestão. Deu ainda conta de ter tomado consciência, nos dois anos que esteve na Culturangra, que a gestão é feita de uma forma "apertada", para assegurar todas as infraestruturas. Concluiu que é a Culturangra que gere a Cultura, o Desporto, o Lazer e as Zonas Balneares, destacando o peso da gestão destas várias áreas.-----

O Vereador António Ventura disse que o que está em causa é o modelo e a reavaliação do mesmo, para a qual disse terem chamado a atenção em variadas ocasiões.-----

Como a discussão do orçamento da Culturangra foi reportada para a próxima reunião, a Presidente deu conta da apresentação do estudo que vem dar mais dados para discutirem a situação e o orçamento da empresa. A Presidente realçou que se compararem a Culturangra com as outras unidades da Câmara, esta é uma das mais contidas, em termos de despesa.-----

O Vereador Fernando Dias interveio para afirmar que o problema não é o corte na despesa, mas que a solução será ganhar receita. Referiu que a anterior Presidente reconhecia que havia um problema de custos com a Culturanga, daí ter sido feito esse estudo, ao qual pediu acesso. A Presidente retorquiu que o enviará assim que ele esteja concluído.-----

Sobre a questão do orçamento participativo, a Presidente deu conta que a opinião é geral, anotando ter igualmente a questão do *plafond* para as propostas.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão do Plano de Pormenor e Salvaguarda, que disse ser muito minucioso, ressaltando que estes planos levam muitos anos a fazer, que também não é desejável implementar um Plano de Salvaguarda que não funcione.--

Relativamente ao abandono do Plano de Urbanização, uma questão levantada pelo Vereador António Ventura, a Presidente esclareceu que o mesmo não foi abandonado mas integrado no Plano de Pormenor por alteração legislativa. O Vereador António Ventura questionou o valor. A Presidente respondeu que os técnicos têm noção dos valores necessários para a execução do projeto.-----

A Presidente referiu sobre a questão do desaparecimento da ação de apoio a idosos que há intervenções dirigidas a idosos, anotando que poderá ter desaparecido uma ação individual que foi englobada em termos genéricos.-----

Sobre a segurança e ação social e a possibilidade de serem realizadas ações conjuntas, a Presidente disse que a Câmara está aberta ao trabalho a ser desenvolvido em parceria e colaboração.-----

Relativamente ao Plano das Toxicodependências, a Presidente deu conta que parte da verba está afeta ao plano, acrescentando que a prevenção é feita muitas vezes através da ação policial, concluiu que por isso houve a necessidade de reforçar o acompanhamento policial na zona da baía de Angra, concluindo que a intervenção se engloba no referido plano, afirmando não perceber a questão levantada.-----

A Presidente abordou, de seguida, a questão dos apoios em espécie e o financiamento não definido, explicando que está quase todo afeto ao saldo de gerência, sendo introduzido na revisão a ser feita à apresentação de contas. Concluiu que o valor é o habitual.-----

Em relação ao programa das térmitas, a Presidente referiu a existência de um projeto em andamento, que termina com a apresentação de um relatório sobre um estudo que está a ser elaborado. Em termos financeiros explicou que o que está previsto para este projeto é o pagamento integral desse estudo e que uma das partes será paga em 2012.-

A Presidente indicou, seguidamente, as questões levantadas sobre imóveis e aquisição de terrenos com a dotação de cinco euros, passando a dizer que a questão do IRS pesava muito nas decisões a serem tomadas, Anotou que há uma série de projetos que se deixaram em aberto para a viabilização, cuja revisão será feita a quando da alteração e distribuição da verba de IRS.-----

Sobre a construção do canil municipal, a Presidente disse ter informação escassa, que complementarmente. Deu conta que foi definida uma prioridade, em relação ao canil, para a aquisição de uma carrinha, anotando que alguma verba foi comprometida nessa aquisição, anotando não saber se a aquisição corresponde ao valor total do projeto ou não.-----

Relativamente aos roedores, a Presidente afirmou não ter percebido a questão, uma vez que a verba está prevista no orçamento.-----

No que diz respeito ao Centro Interpretativo, a Presidente afirmou que há vontade de dar continuidade ao projeto com a intervenção nas ruínas.-----

A Presidente referiu de seguida a questão levantada em relação ao Teatro Angrense, referindo que a verba prevista, de trinta mil euros, deverá ser a execução financeira para este ano.-----

Em relação à Tertúlia Tauromáquica, a Presidente deu conta de haver um valor de referência, acrescentando que terão de ver o que poderão concretizar.-----

Sobre a Casa de Chá do Jardim, a Presidente esclareceu que o projeto está em execução. Sobre a do Fanal, deu conta de não ter informação, anotando que a vai reunir.-----

A Presidente referiu de seguida a questão da Bolsangra e a não alteração do valor da mesma, afirmando que o ideal seria o reforço de todas as rubricas, não sendo possível, concluiu que têm de ser tomadas decisões, mantendo-se a Bolsangra, sem aumentar o valor.-----

Em relação ao Clube Náutico, a Presidente anotou que o montante foi aprovado em reunião de Câmara e que o saldo tem a ver com a candidatura apresentada e aprovada. O Vereador António Ventura anotou que estava prevista a intervenção para 2011, passando agora para 2012. A Presidente deu conta que irá informar-se sobre a questão levantada.-----

Sobre o Mercado Duque de Bragança, a Presidente constatou que tem vindo a ser adiado, acrescentando já haver plano base, concluindo que estão em condições de avançar para o projeto de execução. Salientou que os procedimentos levam tempo a decorrer e que o facto de não virem a público não significa que estejam parados, é tempo útil necessário para a sua execução.-----

O Vereador António Ventura manifestou que percebe que nenhuma entidade consiga executar todos os pontos do plano, anotando que o Orçamento resulta sempre de visões políticas, das grandes "bandeiras" eleitas por quem se candidata aos vários níveis do poder. Afirmou que no plano para 2012 há determinadas opções e um abandono de um conjunto de ações previstas e anunciadas, o não aperfeiçoamento de um outro conjunto de ações e a quebra de um conjunto de compromissos que viabilizaram o orçamento de 2011. Deu o exemplo do Plano de Toxicodependência, ao qual disse que não houve qualquer aperfeiçoamento desde 2006, dando conta que previa várias reuniões entre o núcleo restrito e uma rede alargada, concluindo que não têm conhecimento destas reuniões. O Vereador destacou ainda que nesta questão a atuação policial é importante, mas mais ainda é a prevenção e a atuação em conjunto para promover atitudes e formas de estar.-----

A Presidente ressaltou que estão previstos no orçamento vinte e cinco mil, quinhentos e dez euros, dos quais dez mil são especificamente para o desenvolvimento de atividades, concluindo que estão várias entidades envolvidas, em que cada uma assume a sua componente.-----

O Vereador António Ventura considerou que não é possível alocar qualquer verba se não for feita uma avaliação, referindo a propósito o pedido dos dados sobre a toxicodependência no Concelho.-----

A Presidente respondeu não acreditar que a alocação tenha sido feita sem fundamento, dando conta de haver um critério, apesar de a própria não estar totalmente inteirada de tudo, ainda.-----

O Vereador António Ventura considerou que o plano proposto não é suficiente, dando o exemplo do mesmo plano da Ribeira Grande, que disse ser um verdadeiro plano de combate às toxicodependências.-----

O Vereador António Ventura apontou ainda que o Conselho de Ilha, no seu ponto seis, passando a ler o mesmo, inquirindo se esta recomendação foi adotada e se a verba foi recebida e executada. A Presidente respondeu que a verba de 2010 foi transferida e executada e a de 2011 ainda não foi transferida.-----

O Vereador António Ventura levantou outra questão, que disse ter sido muitas vezes falada em reunião de Câmara e sobre a qual disse ter havido muito diálogo, em relação à pocilga adjacente à Escola da Ribeirinha. Explicou que a relação deste tema com o orçamento diz respeito à transferência de uma verba para mover a pocilga ou para o seu desaparecimento e conseqüente indemnização, como aconteceu com a garagem. Deu conta que o diálogo estava a ser estabelecido entre a anterior Presidente e o proprietário da pocilga, concluindo terem percebido que a situação estava pendente entre transferir ou indemnizar, ressaltando que no plano não há qualquer referência a esta situação, para 2012. A Presidente anotou que se iria inteirar da situação.-----

A Presidente ressaltou o desconforto causado por algumas das declarações do Vereador António Ventura, nomeadamente sobre o abandono e desaparecimento de

projetos, que considerou ser "pesada" para a discussão em causa. Deu conta, pela curta duração do seu cargo, de ainda não ter todos os dados, de forma a poder responder a todas as questões levantadas. Apontou, designadamente, que o Projeto da Urbanização não foi abandonado, mas sim agregado, que em relação ao canil a opção foi adquirir uma carrinha, o que não significa o abandono do projeto, mas uma alteração de prioridades. Concluiu que há uma série de situações levantadas consistem na natural reorganização das coisas. Anotando no entanto, pelo conhecimento do anterior elenco camarário, nomeadamente a anterior Presidente, que não houve pura e simplesmente o abandono ou descuido de projetos, realçando que haverá motivos para algumas tomadas de decisão, dando conta de que irá reunir os dados de todas as situações colocadas, para dar uma resposta às mesmas na próxima reunião.-----

O Vereador António Ventura deu conta de que as declarações que fez são baseadas em compromissos que foram assumidos, reportando-se a algumas das situações referidas pelo próprio, de abandono de projetos e de outros dotados de apenas cinco euros.-----

A Presidente absteve-se de repetir as explicações já dadas, explicando que a existência das rubricas com cinco euros mostram a intenção de as vir a dotar posteriormente, acrescentando que se não fossem para executar não estariam no plano.-----

O Vereador António Ventura argumentou que não há sequência em relação às prioridades e aos investimentos definidos em anos anteriores.-----

A Presidente concluiu que serão reunidos os dados, que apresentará na próxima reunião.-----

A Presidente disse ter reunido algumas informações, durante a pausa para almoço, para dar resposta a algumas das situações levantadas pelo Vereador António Ventura. Em relação ao Plano de Urbanização, a Presidente confirmou que, por força da legislação, foram integrados, sendo agora o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo. Deu conta que o documento irá para discussão pública, podendo vir a ser alvo de mais alterações, indicando que o mesmo estará disponível para consulta.-----

Sobre o projeto de ruínas, que o Vereador António Ventura referiu que tinha desaparecido, explicou que era intenção da Vereadora Raquel Silva tapar algumas das

ruínas com lonas, acabando por não se concretizar por opções em termos de afetação de verbas em termos financeiros. Concluiu que o projeto das ruínas não foi feito por estes motivos.-----

Em relação ao projeto da zona nascente, a Presidente disse estar previsto com os cinco euros, concluindo que ficou aberta a rubrica.-----

Relativamente ao apoio a idosos, informou que estão previstas as atividades mensais, no Dia do Idoso e Cartão do Idoso.-----

No que diz respeito ao plano das toxicodependências, apontou a verba destinada às atividades previstas para este ano, anotando que o mesmo necessita de ser trabalhado e reajustado, para ser novamente discutido.-----

Sobre o combate às térmitas, a Presidente apontou que os valores no plano dizem respeito ao estudo que está a ser feito. Anotando que a legislação de 2011 retirou às autarquias as competências ao nível do combate às térmitas, acrescentando a avaliação é feita pela autarquia, sendo feita por técnicos particulares credenciados.-----

Relativamente à aquisição de imóveis e terrenos e aos cinco euros previstos, a Presidente explicou que foi decidido deixar esta rubrica aberta, uma vez que no caso de necessidade tomar posse administrativa de algumas ruínas, por uma questão de segurança. Concluiu ser por isso que a rubrica ficou aberta, para ser feita a avaliação e eventual posse coerciva de alguns imóveis degradados, que representam uma ameaça à segurança. Sobre a aquisição de terreno, também no valor de cinco euros, a Presidente esclareceu que esta verba fica habitualmente aberta, a propósito das intervenções nos pacotes de estrada e da possibilidade de ser necessário adquirir algum terreno.-----

A Presidente indicou ainda que o Centro Interpretativo está previsto, aparecendo como projeto para a requalificação das ruínas da Rua do Marquês, que disse ser o referido centro, com quinze mil euros previstos para o projeto. -----

Em relação ao regulamento da publicidade, confirmou que foi feito o levantamento, foram informados os proprietários, que até ao final do ano têm de se dirigir à Câmara para pagar o valor que lhes compete, anotando que em relação aos que não cumprirem seguirá para processo de contraordenação. A Presidente acrescentou de seguida uma informação sobre a esplanada em frente aos Bombeiros, dando conta que a Câmara, em caso de terreno público, pode decidir, dando conta de ser o caso desta esplanada. Informou ainda que foram recebidas várias queixas sobre aquela obra, que lembrou ter sido embargada no dia anterior, por não estar licenciada.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra com o objetivo de fazer uma apreciação geral ao Orçamento. Disse compreender, por parte do executivo, a defesa deste Orçamento, anotando, no entanto, que a crítica é normal por parte da oposição. Ressalvou o facto de o atual executivo herdar um Orçamento, uma herança que adjetivou de "pesada". Deixou um alerta sobre o facto de terem de fazer, brevemente, uma alteração aos documentos, por força da transferência da verba do IRS. Disse perceber a urgência da Câmara ter um Orçamento para governar, considerando que este padece de um "pecado original e continuado", anotando que lhe falta credibilidade, uma vez que não oferece segurança. Deu alguns exemplos, nomeadamente a questão dos subsídios de férias e de Natal, apontando que quando o documento foi distribuído já se sabia que não ia ser pagos, indicando o diferencial de duzentos mil euros, que disse ser, por si só, um motivo para rever o orçamento, tal como vai acontecer devido ao IRS. Afirmou que à semelhança dos orçamentos de 2010 e 2011 este é um Orçamento de "muita parra e pouca uva".-----

Deu o exemplo da Escola da Ribeirinha, uma das grandes obras previstas, que considerou que já deveria estar pronta, sendo que só será inaugurada com mais de um ano de atraso. Indicou de seguida a ausência da obra referente à Escola de Santa Bárbara, que disse estar em péssimas condições, reportando-se ao processo que adjetivou de conturbado, resultado de um desentendimento entre o Governo Regional e a Câmara. Referiu a verba de trinta mil euros prevista não é suficiente. Considerou que o processo, aquando do retrocesso do Governo Regional, devia ter sido reformulado pela Autarquia, adaptando-o apenas ao ensino básico.-----

O Vereador Artur Lima apontou que não é referido o destino a dar à Escola da Feteira, um investimento de cerca de um milhão de euros, uma infra-estrutura que disse ser de qualidade, que acrescentou estar ao abandono.-----

Sobre a Escola da Ribeirinha, deu conta da sua posição desde o início, de discordância com a localização, preço de aquisição e custos acrescidos, suportados pelos munícipes. Concluiu que, ao nível da educação, o Orçamento é insuficiente, não prevendo grande ações nesta matéria.-----

O Vereador Artur Lima considerou que é muito desagradável terem-se comprometido com uma verba, com a Tertúlia Tauromaquia, e depois reduzi-la substancialmente. Ressalvou ainda a importância do touro e das touradas, enquanto elemento diferenciador e enquanto potencial turístico, referindo-se ainda ao relatório entregue pela Tertúlia, ao qual teceu elogios.-----

Disse, ainda, que o CDS-PP não apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento por respeito ao novo executivo. Lançou um desafio à Presidente e ao executivo para que na revisão ao Orçamento se mantenham abertos para discutir propostas, exequíveis e ponderadas, de modo a apoiar os munícipes.-----

Manifestou ser uma pena que o Teatro Angrense, ícone do concelho, esteja praticamente abandonado, ressaltando a importância do mesmo. Anotou ainda a existência de térmitas no teatro.-----

No que diz respeito à aquisição de habitações sociais, frisou que a verba é drasticamente diminuída, indagando sobre o ponto de situação e sobre a justificação para esta diminuição. Apontou a taxa de execução do ano 2011, que disse ter sido de cerca de um terço, em relação ao previsto nesta rubrica.-----

Relativamente à SRU, indicou opor-se, desde o início, à mesma, considerando que a empresa não é necessária para o concelho.-----

Considerou que a grande falha, deste e de outros orçamentos, apesar das boas intenções, é Angra, cidade Património Mundial, não descurando das freguesias. Sobre o ordenamento do território, chamou a atenção para a necessidade de haver um plano de ordenamento do território que seja rigoroso e perceptível. Manifestou que ainda não está perceptível para onde e como é que Angra vai crescer. Afirmou a necessidade de haver

um plano de urbanização de Angra, enquanto concelho, anotando perceber que são planos minuciosos, a vários níveis, constatando que estão neste dilema há pelo menos quatro anos. Referiu-se ainda ao projeto da baía de Angra, já levantada na reunião. Anotou o orçamento de 2011 para o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra, concluindo que nada foi realizado, prevendo-se agora para 2012 metade do previsto para 2011. Sobre a urbanização da zona nascente, considerou que é necessário um plano a nível global de perspetiva do crescimento da cidade. No que diz respeito ao PDM recordou as situações para as quais foram feitas várias chamadas de atenção, inclusivamente por munícipes, destacando situações gritantes de injustiça.-----

O Vereador Artur Lima referiu, seguidamente, o caso do Pavilhão Desportivo das Doze Ribeiras, para o qual estavam inscritos, em 2011, duzentos mil euros, estando agora previstos, para 2012, cento e dezassete mil euros. Afirmou que nada foi realizado e que, mais uma vez se tivesse "empurrado" um projeto para a frente.-----

Relativamente aos dez mil euros previstos para Estudo Geológico, o Vereador Artur Lima indicou que estes também passam para 2012, indagando sobre o facto de este ter sido ou não executado e sublinhando a demora que a elaboração deste implica.-----

O Vereador Artur Lima deu conta que não aparece no Orçamento um cêntimo para a Agricultura, pondo a hipótese de esta estar inserida em alguma rubrica. Indicou que o CDS-PP tem propostas neste sentido, que disse que irá formalizar, ressaltando a importância deste setor.-----

A não execução do projeto das calçadas é, no entender do Vereador Artur Lima, uma pena e mais um exemplo da falta de credibilidade e marca do executivo nos últimos dois anos. Sobre a zona classificada, questionou os valores executados em 2011 e os previstos para 2012 e 2013, alegando que o Orçamento parece ter sido feito à pressa.---

O Vereador Artur Lima referiu-se de seguida ao Mercado Duque de Bragança, apontando conhecer o projeto e tecendo elogios à estética do mesmo, à integração no centro histórico. Referiu que no Orçamento para 2011 o mercado estava inscrito com uma verba de um milhão e oitocentos mil euros, o que disse totalizar três milhões de euros, para executar em 2012 e 2013. Apontou que nos documentos que estão a analisar a verba, para 2012, é de apenas cento e cinquenta mil euros, o que considerou

não fazer sentido, uma vez que se inscrevem três milhões de euros para 2013 e trezentos e cinquenta mil para 2014. Concluiu que da conta que faz, o projeto custa mais quinhentos mil euros, dos três milhões de euros previstos.-----

O Vereador Artur Lima afirmou que governar é também escolher e ter prioridades. Deu conta de querer, enquanto Vereador e membro do executivo, que os munícipes tenham confiança na Câmara e que esta lhes ofereça garantias de credibilidade. Indicou ainda que preferia que o Orçamento fosse mais pequeno, mas que pudessem, por exemplo, garantir a inauguração do Mercado Municipal em 2013. Reiterou a importância de estabelecer prioridades.-----

Manifestou, ainda, entender que os Vereadores do PS façam a defesa do Orçamento. Concluiu discordar de alguns pontos do Orçamento, anotando a margem de tolerância que deve ser tida em consideração, frisando o desafio que fez à Presidente e aos Vereadores do PS de se manterem abertos à discussão. O Vereador Artur Lima reportou-se a algumas situações que tiveram lugar com o anterior elenco camarário, afirmando a sua frontalidade e o facto de não fazer comentários sobre a vida pessoal ou familiar de ninguém. Deu conta da disponibilidade para o combate político, direto, frontal, crítico, mas também construtivo. Concluiu que será esta a postura do CDS-PP, manifestando a sua disponibilidade, para com o novo elenco, para o entendimento e trabalho em conjunto a favor do Concelho.-----

A Presidente deu conta de que não iria contra os comentários que o Vereador teceu. A Presidente reportou-se ao assunto do subsídio de férias e de Natal, que disse já ter esclarecido, reforçando que há um equilíbrio de contas. Sobre a verba destinada à Escola de Santa Bárbara, a Presidente indicou que a mesma é para revisão do projeto. Informou que já foi agendada uma reunião com a Secretária Regional da Educação e Formação para que a revisão seja feita conforme as necessidades.-----

Relativamente à abertura em relação a proposta úteis, a Presidente concordou com as palavras do Vereador Artur Lima, considerando que todos têm a legitimidade para as apresentar e que esse contributo faz parte da obrigação de todos.-----

No que diz respeito à redução da verba da habitação social, a Presidente explicou que o valor de setecentos e dezassete mil euros é o remanescente e que é importante porque vai responder ao problema da habitação social e ao Plano de Pormenor e Salvaguarda. A Presidente indicou ainda que os valores apresentados reportam-se a 31 de Outubro, anotando o desfasamento temporal, concluindo que as verbas descritas sobre estes dois pontos são os remanescentes para finalizar o procedimento.-----

O Vereador Artur Lima acrescentou um assunto, que disse resultar de uma proposta do CDS-PP, sobre ambiente e reconhecimento da qualidade do mesmo, anotando que há uma questão a enfrentar que é o saneamento básico de Santa Luzia. Afirmou que é preciso perceber a intenção da autarquia, saber se será feito algum estudo geológico, uma vez que os terrenos são rochosos, para que seja concluído o saneamento básico desta área urbana da cidade, já que este não foi concretizado e não aparece no Orçamento. Reiterou a importância de se perceber o que se está a fazer e a planear, apontando para uma reunião futura o debate desta questão, depois de o Presidente dos Serviços Municipalizados se inteirar desta situação.-----

A Presidente concordou, dando conta de que os dados serão reunidos.-----

O Vereador Fernando Dias, sobre a prática instituída do direito à oposição, que disse ter sido executado este ano, considerou que, em futuros momentos de reflexão sobre documentos, quem elabora os mesmos tenha em consideração as propostas feitas, incorporando-as na medida do possível, dando alguns exemplos práticos ao nível do Orçamento. Considerou, ainda, ser importante que se fizesse uma reflexão sobre os documentos previsionais, tendo em conta que há novos elementos no executivo. Indagou sobre a coerência das ações previstas, anotando que o problema não é só ao nível das prioridades, mas de conseguir perceber quais os objetivos para o Concelho daqui a cinco ou dez anos, justificando assim a escolha de determinadas ações, em detrimento de outras. Concluiu que este desiderato se cumpre num Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Concelho, que disse já existir noutras Câmaras, dando um fio condutor à ação.-----

Sobre o Plano de Toxicodependências, o Vereador Fernando Dias disse que não se percebe quais os objetivos traçados e quais os resultados da implementação deste em anos anteriores, dando o exemplo do mesmo plano noutras localidades. Afirmou que um

plano destes tem de ser elaborado com paciência, no terreno e tendo em conta as avaliações feitas dos resultados de anos anteriores.-----

Dando como concluídos os esclarecimentos, a Presidente passou à votação.-----

Sobre este assunto foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-----

Dos Vereadores do PSD:-----

(Transcrita do áudio da reunião de 20 de Dezembro de 2011)

“O PSD viabilizou o Plano e Orçamento para 2011 sob determinados entendimentos. Demos na altura o benefício da dúvida e concertamos posições para 2011 e 2012. Na altura ouvimos justificações e mais justificações, chegados ao fim de 2011 voltamos a ouvir justificações e mais justificações, e o mais grave é que todas as ações que se ouvem justificações são sempre ações que são anunciadas e publicitadas como grandes bandeiras, que depois, na prática, não são concretizadas. A grande questão é saber como é que vamos acreditar nestes documentos se os seus anteriores falharam sobre as mesmas ações e embora tenhamos novos elementos nós não começamos da estaca zero. Há um trabalho de continuidade há a assunção desses compromissos desse plano e este plano resulta dos seus anteriores. Verifica-se neste plano o definhamento dos instrumentos do planeamento do território, o plano de toxicodependência que praticamente não existe, a não assumpção das obras do Teatro Angrense (do início das obras), o Mercado Duque de Bragança constantemente a ser adiado, e que não acreditamos que efetivamente se faça um trabalho pleno em 2012. A questão das térmitas, que poderiam existir outras ações, nomeadamente, plano de investigação. No apoio às famílias de novas ações que poderiam ter resultado neste plano. Apesar disto tudo, enviamos, responsabilmente, o nosso entendimento sobre o Plano e Orçamento atempadamente. É um documento de trabalho e é um documento para conseguir-se o diálogo e o equilíbrio como se conseguiu o ano passado. Obviamente, assim não foi entendido. Em todo este sentido, entendemos que Angra e os angrenses não merecem este Plano, merecem um Plano e Orçamento mais real e com outras ações, e por isso votamos contra.”-----

Do Vereador do CDS-PP:-----

(Transcrita do áudio da reunião de 20 de Dezembro de 2011)

“Embora este executivo, seja nos moldes regimentais, legais ou democráticos, resulte da lista que foi sufragada pelos eleitores, temos a consciência que têm uma tarefa grande à sua frente e que herdaram este orçamento. Este orçamento que, infelizmente, não é muito diferente do orçamento que foi aqui apresentado para 2011. E se estivesse, no lugar em que os senhores estão, a anterior equipa,

este orçamento teria merecido, da parte do CDS-PP o voto contra. Tal como demos um voto de confiança e benefício de dúvida, no primeiro ano, ao orçamento para 2010, ao anterior executivo, também entendemos que, em democracia, se deve dar o benefício de acreditar que esta nova equipa será diferente e que procurará, com os instrumentos que tem, fazer melhor, o que é possível. E também estamos esperançados, como disse no início, que esta nova equipa, mantenha abertura para, durante o ano, irmos fazendo alterações quer orçamentais, quer às Grandes Opções do Plano, que são perfeitamente possíveis de se fazer. De maneira que não quisemos, logo à partida, se me permitem a expressão, “cortar as pernas” a este executivo. E não quisemos também cortar ou impedir, ou pôr aqui um travão no desenvolvimento do concelho. E repito, demos o benefício da dúvida ao primeiro executivo; no plano e orçamento para 2011 já não demos o benefício da dúvida – chumbamos, votamos contra – e, se eles estivessem aqui, digo e repito, voltaríamos a votar contra. Ora, responsabilmente, nós assumimos abstermo-nos neste orçamento, que foi viabilizado com os votos do partido socialista, aprovado com os votos do partido socialista e com o voto de qualidade da Sra. Presidente, por um motivo simples – desde o início, quando se demitiu a Dra. Andreia Cardoso, o CDS, no outro dia defendeu eleições antecipadas para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal. Esse teria sido o cenário totalmente clarificador se fosse esse o entendimento do Partido Socialista. O Partido Socialista tomou esta legítima opção e aqui estamos. No nosso entender, e passado quase um mês da demissão do anterior executivo, se a Câmara não tivesse orçamento aconteceria uma situação que eu acho, na actualidade, seria desastrosa para o desenvolvimento do Concelho. É sempre legítimo em democracia devolver o poder ao povo, mas devolver na sua plenitude. Ora, se agora, hoje, dia 20 de Dezembro, chumbássemos o orçamento, o que aconteceria era que teríamos Janeiro e Fevereiro, portanto, 60 dias para marcar eleições. Março, campanha eleitoral, depois eleições para meados ou finais de Março, o que quer dizer que o novo executivo tomaria posse em Abril, na melhor das hipóteses, e ninguém saberia, dos que aqui estão, quem seriam os candidatos. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que só em finais de Abril, depois da publicação dos resultados eleitorais, etc., é que teríamos um novo executivo formado. Um novo executivo que iria governar meses, porque, em Maio de 2012 iria apresentar um orçamento para o ano, não teria um plano de desenvolvimento a médio prazo para o concelho e pronto, era, digamos assim, um remendo disfarçado de democracia, com os prejuízos todos que teria para o concelho e para a câmara municipal, que apenas poderia fazer os actos de expediente normal com a comissão administrativa, e ficaria parado 6 meses. E portanto, se tivesse sido essa a opção, de ir para eleições antecipadas, teria sido logo no primeiro dia, logo que se demitiu a Dra. Andreia, que o PSD defendeu eleições antecipadas e nós também defendemos. Como não foi essa a opção, acho que temos todos que ser responsáveis sobre essa matéria e pesar as consequências de um eventual chumbo deste orçamento. E por isso, pesando tudo isso, fazendo as críticas que fizemos, e que não retiramos nem uma vírgula, mas pesando os superiores interesses do concelho e colocando os superiores interesses do concelho acima de interesses partidários e de política partidária, resolvemos abstermo-nos no orçamento. E resolvemos abstermo-nos também como uma atitude de tolerância, para com este executivo que, como já disse, herda esta situação. Espero que, para bem do Município, e porque nos espera uma tarefa muito grande, que nas próximas revisões orçamentais e Grandes Opções do Planos, tenhamos oportunidade de nos entender e levar a bom porto estes quatro anos que,

legitimamente o povo, nas próximas eleições, há-de dizer de sua justiça e há-de julgar.”-----

Proposta de tarifário dos Serviços
Municipalizados para o ano de 2012

Ent. 6012– Proposta de tarifário para o ano de 2012, apresentada pelo Conselho de Administração dos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**, para aprovação do órgão executivo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou esta proposta, com as alterações que ficam registadas em ata.**-----

O Vereador José Élio Ventura tomou a palavra dando conta da sua disponibilidade para o diálogo, no objetivo de encontrar as melhores soluções para a Câmara e para o Concelho. Em relação a este ponto da agenda, o Vereador salientou o facto de haver uma filosofia que passa por penalizar os consumos mais elevados. Afirmou que a água é um bem importante, daí dever ser regrada a sua utilização, de forma a evitar desperdícios.-----

Sobre a alteração tarifária em concreto, o Vereador José Élio Ventura indicou que não é muito significativa, prendendo-se com uma alteração ao nível do preçário para o Estado, Segurança Social e Administração Regional que em 2011 tinha um preço por metro cúbico passando agora, e segundo esta explicação, para uma lógica de escalões, concluindo que quanto maior o consumo, mais alto o preço. O Vereador deu ainda conta de uma pequena alteração ao nível da colocação das escolas públicas, que estava incluída no preçário anteriormente referido, tendo sido deslocado para o da Administração Local, no sentido de evitar a penalização das escolas.-----

O Vereador José Élio Ventura referiu-se de seguida ao consumo da agro-pecuária, em relação ao qual adiantou que deixa de haver um escalão único, passando a existir dois escalões, indo o primeiro até aos duzentos e cinquenta metros cúbicos e o segundo acima desse valor. Explicou ainda que o primeiro escalão permanece com preço idêntico

ao ano anterior e o segundo está no valor de 1,65 euros, um valor que disse que deveria ser debatido.-----

Ainda relativamente às alterações, o Vereador José Élio Ventura anotou, no ponto quatro, a taxa de controlo da qualidade da água e deposição de águas residuais, uma taxa que disse ser cobrada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) e esta que devia sofrer uma atualização anual de 0,5, um valor que disse ser muito residual, anotando que no ano passado não foi imputado ao consumidor, estando espelhado na proposta de Orçamento dos Serviços Municipalizados, havendo este ano a proposta para que passe a fazer parte do documento de faturação. Reportou-se de seguida ao ponto cinco, no que refere à recolha e transporte de resíduos sólidos, deu conta de uma alteração no décimo escalão, referente a grandes empresas, com níveis de produção acima de mil e cem litros, em alguns casos, anotando que a proposta de alteração de tarifário de cento e oitenta e sete euros para duzentos e seis euros.-----

Ainda em relação ao documento em apreciação, o Vereador José Élio Ventura indicou haver uma diminuição nas análises laboratoriais, que disse resultar essencialmente de uma reapreciação dos custos dos reagentes e do próprio custo da análise. Acrescentou que no que diz respeito às análises a concorrência é promovida pelo INOVA, que concorreu ao último concurso ganho pelos Serviços Municipalizados, que apresentou o melhor preço.-----

Concluiu que há uma tentativa de uniformização do preçário em relação ao concelho da Praia, embora o mesmo não seja exatamente igual, sublinhando que não há um aumento do tarifário do consumo de água, salvo nas situações pontuais referidas. Explicou que esse aumento não se verificou no sentido de não sobrecarregar ainda mais as famílias num ano que já se avizinha complicado em termos financeiros.-----

O Vereador Artur Lima apontou que o grau de tolerância do CDS-PP será menor em relação a esta proposta de tarifário. Disse entender a posição, anotando a importância do enquadramento. Referiu ter tido conhecimento, através da imprensa, com agrado, do lucro de quinhentos mil euros dos Serviços Municipalizados em 2011, depreendendo que haveria uma redução dos tarifários da água e resíduos sólidos. Concluiu que no entanto se verifica um aumento certo de 0,5 por cento da tarifa, que disse repercutir-se

não só no consumo de água mas também sobre o saneamento fixo e variável e sobre a tarifa de disponibilidade, o que considerou excessivo.-----

Indagou sobre o valor que representa estes 0,5 por cento, anotando que o assunto foi abordado no ano passado, quando a Autarquia, sobre o argumento da crise e das dificuldades, decidiu não introduzir estes 0,5 por cento no passado ano. Para 2012, ano em que se prevêem dificuldades e recessão no país, manifestou que deviam mostrar abertura em retirar este valor, que considerou ser uma medida simbólica. Sugeriu que sejam aplicados 1 por cento aos serviços regionais e não aplicar aos munícipes. Disse ainda não concordar com o argumento de equiparar os tarifários de Angra aos da Praia. Ao nível dos resíduos sólidos para os grandes produtores, o Vereador Artur Lima considerou que não poderá haver uma aplicação caso a caso, mas sim uma regra geral que se aplique a todos.-----

O Vereador Artur Lima disse concordar com a afirmação do Vereador José Élio Ventura sobre o facto de ser necessário disciplinar o consumo de água, anotando que isso passa por campanhas de sensibilização nas escolas, como já foi feito, ressaltando a importância das campanhas de prevenção e sensibilização para o uso racional e eficiente da água. Concluiu que não concorda com a taxa de aumento nem com o sistema tarifário das contas de água, que considerou não combater o desperdício de água, uma vez que não há a real perceção do consumo. Deixou para ponderação a proposta da não aplicação da taxa, pelos motivos anteriormente referidos.-----

O Vereador José Élio Ventura, em relação à tarifa de recolha, deu conta que as empresas que já estão no décimo escalão mantêm-se, anotando que o orçamento se coloca em relação a novas empresas, que produzem acima do que a legislação estabelece como obrigação de recolha, sendo feito um orçamento caso a caso para contratos que não estão ainda celebrados.-----

Em relação aos 0,5 por cento, o Vereador José Élio Ventura deu o exemplo de um valor de faturação de vinte euros não dará mais do que dez cêntimos, concordando que o valor incide sobre um conjunto de taxas. Anotou que o orçamento está desenhado tendo em conta este valor de receita, daí a importância de ser aprovado este tarifário, não obstante de se poder fazer algumas alterações ao nível da grelha, que sejam feitas a

tempo de os documentos serem analisados e aprovados durante a próxima Assembleia Municipal.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra para apontar que no exercício do direito à oposição fizeram uma proposta de manter os atuais tarifários em vigor, água, saneamento e resíduos para os consumidores domésticos, pensionistas, famílias, empresas e instituições de solidariedade social, havendo apenas alterações, da taxa ERSARA para o Estado, Segurança Social e Administração Regional.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de os documentos referirem que o que está no Orçamento é apenas a taxa ERSARA. O Vereador José Élio Ventura concordou, anotando por isso ser possível retirá-la. Explicou que esta taxa gere uma receita de vinte e cinco mil euros e seiscentos euros e que esta provoca uma alteração orçamental e que o que pode ser feito é, com o restante ajuste, não contabilizado ao nível de orçamento, haver uma compensação. O Vereador Fernando Dias indicou que já há compensação através da receita do Estado, Segurança Social e Administração Regional, que disse não estar contabilizada em termos de orçamento.-----

O Vereador Fernando Dias concluiu que a proposta do PSD é retirar a parte da agropecuária, do escalão de mais de duzentos e cinquenta metros cúbicos e do aumento de dez por cento para as empresas do décimo escalão. Concluiu que a proposta era não haver aumentos para as empresas e famílias, fazendo uma regra de equilíbrio entre todos os consumidores.-----

O Vereador Artur Lima deu o exemplo do Hospital de Ponta Delgada que disse dever, de consumo de água, mais de quatrocentos mil euros, anotando que esta é uma grande empresa e que tem dificuldades em pagar.-----

O Vereador Fernando Dias concluiu que o Orçamento não permite perceber qual o impacto final nas contas, considerando que se tivessem noção das repercussões das contas seria muito mais fácil avaliar a situação. Manifestou que o objetivo é um serviço equilibrado, sem ser excessivamente penalizador para as famílias, muito menos em 2012.-----

A Presidente concordou, anotando daí os aumentos estarem todos a zero. Fez de seguida um esclarecimento, em relação ao décimo escalão, indicando que a legislação, ao nível da recolha de resíduos, prevê que os Serviços Municipalizados são responsáveis até mil e cem litros de produção por dia, sendo que a partir deste valor a responsabilidade deixa de ser dos Serviços Municipalizados, acrescentando que estes tratamentos têm custos muito elevados, passando a explicar que o preço cobrado a estas empresas é muito inferior ao custo dos tratamentos, concluindo que o que se está a propor é um pequeno ajuste para os casos que não são da obrigação dos Serviços. Concluiu que mesmo com o aumento dos dez por cento o valor fica abaixo, em cerca de cinquenta por cento, do preço real do custo do tratamento.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu qual o aumento da receita com o agravamento dos dez por cento. A Presidente indicou ser cerca de quatro mil euros.-----

O Vereador Artur Lima deu o exemplo da habitação social em que pessoas que ganham cerca de setecentos euros pagam cento e vinte e cinco euros por uma casa. Deu também o exemplo de quem ganha cerca de quinhentos euros por mês e que paga quatro euros por uma casa, concluindo que é o Município e os munícipes que pagam. Neste sentido, considerou que não podem aprovar o tarifário, anotando ainda que o valor é irrisório.-----

O Vereador António Ventura constatou estarem todos de comum acordo sobre as dificuldades de 2012 e sobre o não aumento da água. Anotando que sobre este assunto é possível assumirem compromissos, à semelhança do ano transato, em que a viabilização resultou do não aumento do preço da água para o Concelho. Tendo em conta as previsões para 2012, o Vereador António Ventura sugeriu que se tente encontrar uma solução de compromisso de revisão, para se poder viabilizar o documento.-----

O Vereador José Élio Ventura considerou que a questão que se coloca é meramente técnica no sentido orçamental. Em relação a essa matéria apontou que é perfeitamente possível ver as possibilidades de consenso sobre uma mesma perspetiva. Sobre o Estado denotou haver consenso. Relativamente à agro-pecuária, disse ter feito o cálculo, havendo trinta ou quarenta produtores cuja média mensal se situa acima dos

duzentos e cinquenta metros cúbicos de consumo, manifestando haver uma assimetria muito significativa entre o primeiro e o segundo escalão. Concluiu que a dúvida consiste em saber se esta atividade deve ser alvo, agora ou posteriormente, de alguma redução do custo. No que diz respeito à questão do décimo escalão, o Vereador José Hélio Ventura concluiu que as explicações foram dadas, acrescentando que nos próximos anos os Serviços Municipalizados terão de ter sustentabilidade financeira, sublinhando que esta receita vem dos serviços prestados, quer na água, quer na recolha de resíduos.-----

O Vereador Artur Lima retorquiu que os impostos são pagos com uma finalidade, dando o exemplo dos hospitais, que também têm de ter sustentabilidade financeira. Concordou com o Vereador António Ventura e com a possibilidade de ser assumido um compromisso de ser feita uma alteração orçamental em Janeiro e de mudar a verba, em relação aos consumidores particulares.-----

Sobre a agro-pecuária, o Vereador António Ventura, deu conta que a tendência é que o número de grandes produtores aumente, o que significa mais consumo de água. Concluiu que esta opção contraria a evolução das explorações que vão evoluir e conseqüentemente consumir mais água. Concluiu que este não seria um sinal positivo e de apoio à produtividade e a concentração que se quer e que vem a ser seguida, anotando que esta questão deve ser alvo de uma posterior revisão.-----

Em relação às receitas a obter pelo Estado, Segurança Social e Administração Regional, o Vereador Fernando Dias disse quais as contas que fez, em relação aos dados de 2010. Concluiu que a proposta para 2012 é muito diferente, por se criarem mais dois escalões, dando conta que nunca dará uma receita de muito mais de quatro mil euros, comparando o valor com os vinte e cinco mil euros da ERSARA.-----

O Vereador António Ventura concluiu que a posição do seu partido é de abstenção, com o compromisso de rever este assunto numa próxima reunião.-----

O Vereador José Hélio Ventura indicou que o tarifário poderá ficar aprovado, saindo a proposta do segundo escalão da agro-pecuária, mantendo-se a proposta em relação ao Estado, Segurança Social e Administração Regional, ficando a taxa da ERSARA assumida pela Administração.-----

A Presidente ressaltou o facto de terem conseguido chegar a um consenso, sem discussão prévia, havendo disponibilidade e abertura de todas as partes, congratulando-se com este entendimento.-----

Sobre este assunto, o Ver. Do CDS-PP apresentou a seguinte declaração de voto: -

(Transcrita do áudio da reunião de 20 de Dezembro de 2011)

“A minha abstenção do CDS-PP nestes documentos dos Serviços Municipalizados significa uma grande evolução, significa a abertura de diálogo por parte do Senhor Presidente dos Serviços Municipalizados e em particular do executivo camarário e evoluímos naturalmente de um voto contra para uma abstenção, esperando que no futuro até possamos evoluir para um voto a favor.”-----

Documentos Previsionais e Mapa
de Pessoal dos Serviços
Municipalizados para o ano 2012

Ent. 6073 – Documentos Previsionais dos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo** para o ano de 2012, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:-----

Despesas de Investimento - € 1 614 940,00 (um milhão, seiscentos e catorze mil, novecentos e quarenta euros).-----

Orçamento:-----

Receitas Correntes - € 6 438 020,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e vinte euros);-----

Receitas de Capital - € 972 840,00 (novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta euros);-----

Total Geral das Receitas - € 7 410 860,00 (sete milhões, quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta euros).-----

Despesas Correntes - € 5 585 320,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte euros);-----

Despesas de Capital - € 1 825 540,00 (um milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta euros);-----

Total Geral das Despesas - € 7 410 860,00 (sete milhões, quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta euros).-----

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009, de 30 de Setembro e pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, o mapa de pessoal para 2012 acompanha a presente proposta de orçamento. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS e 4 abstenções dos Vereadores do PSD e do Vereador do CDS-PP, concordou com este documento e deliberou submeter o mesmo à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

O Vereador José Élio Ventura afirmou que os Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo têm por missão garantir continuamente a distribuição de água, a recolha e tratamento de águas residuais e a recolha de resíduos urbanos. Como objetivos estratégicos indicou a melhora dos serviços prestados, garantir a sustentabilidade económica, assegurar que os investimentos sejam feitos numa lógica de custo-benefício, modernizar os recursos humanos, implementando novas tecnologias e uma administração aberta, baseada no rigor, diálogo e transparência e ainda promover uma cultura organizacional orientada para a qualidade no serviço ao utente.-----

Antes da análise do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos, o Vereador José Élio Ventura salientou que o ano 2012 perspetiva um agravamento da recessão económica, da taxa de desemprego, inflação e da redução de alguns salários, nesse sentido, destacou que se tentou fazer um orçamento e um plano plurianual de investimentos na medida das capacidades financeiras e de execução dos Serviços Municipalizados. Salientou ainda que o orçamento se situa nos 7,4 milhões de euros, anotando o decréscimo em relação a 2011. No que diz respeito às receitas correntes e de capital, indicou que há uma ligeira diminuição das receitas correntes, de 1,4 por cento, por via de uma expectativa da diminuição do consumo de água, face às dificuldades que se perspetivam. Em relação às receitas de capital, que disse resultarem essencialmente do pagamento de ramais e do investimento do Proconvergência, anotando que também sofre uma diminuição, estando próximas de um milhão de euros.

Sublinhou ainda que as receitas correntes têm um peso de 86 por cento, enquanto as de capital representam apenas 13 por cento.-----

Relativamente à despesa, denotou uma diminuição bastante significativa das despesas correntes, em parte associada à diminuição dos custos com os salários, que disse situar-se nos 11 por cento. Indicou de seguida uma diminuição nas despesas de capital, em relação a 2011, mas que se situam acima do valor previsto no plano plurianual de investimentos, que disse ter a ver com o assumir da amortização, por parte dos Serviços Municipalizados, que era anteriormente responsabilidade da Câmara Municipal.-----

Sobre a despesa com pessoal indicou que esta passa de 3,3 milhões de euros para 2,9 milhões de euros. Na aquisição de bens e serviços ressaltou haver também uma diminuição, que disse estar relacionada com o reajuste de algumas classificações económicas de aquisição de bens para outros e ainda com o aumento significativo dos juros da dívida, pelo qual disse terem pago em 2011 trinta e seis mil euros de juros, numa parte do ano, acrescentando que em 2012 perspectiva-se o pagamento de oitenta e oito mil e trezentos euros.-----

No que se refere ao plano plurianual de investimentos, o Vereador José Hélio Ventura explicou que o valor previsto é de 1,6 milhões de euros, os quais disse que se destinam à renovação do edifício sede, anotando que no orçamento do ano anterior esta despesa esteve prevista, mas que, por razões de operacionalização técnica, foram apenas feitas obras de conservação, que disse terem custado sete mil euros, a reformulação da rede informática no valor de cinquenta mil euros, concluindo que se estima proceder à remodelação do edifício e do novo espaço para 2012, no valor de cento e trinta e cinco mil e duzentos euros. Deu conta que as peças para o procedimento já estão elaboradas, prevendo-se para início do primeiro trimestre de 2012 o lançamento do concurso.-----

Ainda sobre o Plano Plurianual de Investimento, o Vereador indicou que se prevê a aquisição de um programa informático, no valor de cerca de mil e duzentos euros; de equipamento informático, no valor de vinte mil euros; equipamento administrativo no valor de sete mil e novecentos euros e ainda a aquisição de terrenos, designadamente de um terreno no reservatório dos Altares–Raminho, na Ribeira da Lapa, cujo valor estimado é de dois mil e quinhentos euros e cujo processo ainda não foi possível

concluir até ao momento e outro no Caminho das Fontes, na Serreta, para o qual está consagrada uma verba de mil euros, justificando assim o total de três mil e quinhentos euros.-----

Sobre o capítulo da beneficiação de reservatórios, o Vereador José Élio Ventura indicou que se prevê implementar um plano anual de manutenção e higienização dos reservatórios, plano que disse que será feito por uma empresa, no valor de trinta e dois mil euros, com intervenção em seis reservatórios.-----

Referiu que está prevista a aquisição de equipamento para exploração de furos, uma ação também desenvolvida ao longo do ano 2011, cujos trabalhos não foram concluídos devido a dificuldades com o proprietário do terreno, onde seriam instalados os postes de alimentação de energia elétrica do posto de Santana Norte, concluindo ser por isso que se consagra para 2012 uma verba de cerca de dez mil euros.-----

O Vereador José Élio Ventura apontou que se prevê a construção de um reservatório no Poejo, para o qual se prevê uma estação elevatória e uma conduta de ligação do reservatório RA de modo a regularizar o caudal de abastecimento público. A execução física e financeira do projeto terá lugar em 2012, a consignação da obra será feita no início do ano, acrescentando que a obra foi adjudicada, na última reunião de Câmara, à empresa SOMAGUE, no valor de quinhentos e setenta e sete mil e duzentos euros, com um prazo de execução de duzentos e setenta dias.-----

Referiu de seguida que se prevê também a execução e remodelação das redes de água e águas residuais no troço Ladeira Branca – Figueiras Pretas, a remodelação da conduta adutora Espigão – São Carlos, a separação da rede de águas pluviais, por forma a evitar que continue a prejudicar a estação elevatória do Pátio da Alfândega, um projeto que será desenvolvido em duas fases, a primeira adjudicada no valor de cento e oitenta mil euros sendo que a segunda será feita em 2012, com uma verba de trezentos e oitenta mil euros.-----

O Vereador José Élio Ventura apontou que está também prevista a execução e remodelação das redes de água em diversos arruamentos, relativos ao terceiro pacote, para o qual está prevista uma verba de cento e setenta e seis mil e novecentos euros.----

Anotou a verba para supressão de deficiências na obra do Pico da Urze, no valor de oitenta e cinco mil, cento e vinte euros. Indicou estar também prevista uma verba de cinquenta e oito mil e quinhentos euros, somatório de várias ações, para a execução e remodelação de redes em diversos arruamentos e execução de ramais de água e águas residuais.-----

Referiu seguidamente que se prevê a aquisição de equipamento de controlo, cuja verba são cinquenta mil euros e uma verba de seis mil, cento e oitenta euros para a aquisição de equipamento básico, que se vai tornando obsoleto, ou que se venha a danificar.-----

Caso a execução financeira de 2012 permita, o Vereador José Élio Ventura explicou que se pretende proceder a uma alteração orçamental, no sentido de adquirir uma plataforma elevatória, incluindo os serviços de instalação, no valor estimado de quarenta mil euros, que se destina à estação elevatória do Pátio da Alfândega, uma vez que esta não se encontra em condições de segurança de momento, de acordo com a empresa que faz a manutenção, tendo-se suspenso a sua utilização, para remover os sólidos degradados manualmente.-----

Indicou que se prevê também a aquisição de equipamento de recolha e limpeza urbana, cujo valor estimado é de trinta mil euros, que diz respeito à aquisição de oitenta contentores de recolha seletiva, de maior dimensão, a serem colocados nos locais de maior densidade populacional, visando aumentar a reciclagem e reduzir os resíduos depositados em aterro. No âmbito desta ação, deu conta de se prever a aquisição de um aspirador de resíduos sólidos, no valor de dezasseis mil, duzentos e quarenta euros.-----

O Vereador José Élio Ventura referiu que está prevista a aquisição de equipamento básico, neste caso um frigorífico para laboratório, a aquisição de uma viatura ligeira, concluindo haver ainda uma verba de cinco mil euros para aquisição de utensílios diversos.-----

Finalmente, deu conta da inscrição de uma verba de quinze mil euros destinada a campanhas de sensibilização, anotando que no ano anterior a mesma verba era de sete mil e quinhentos euros, com o objetivo de atingir os sete por cento da retoma de embalagens.-----

Depois de concluir a sua intervenção, o Vereador José Élio Ventura disse que estava disponível para responder a eventuais dúvidas.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para indagar sobre o estado da telegestão, que aparecia no plano anterior. Inquiriu de seguida se foi abandonada a implementação do tratamento terciário da ETAR de Angra. Questionou também o fato de não aparecer neste plano o compromisso das ETARES de São Sebastião e São Mateus, para 2012-2013, como tinha sido aprovado em 2011.-----

Sobre a telegestão, o Vereador José Élio Ventura adiantou que a informação de que dispõe indica que o sistema está montado e a funcionar. Em relação às estações de tratamento, de São Mateus e São Sebastião, o Vereador José Élio Ventura explicou que este plano, como qualquer outro, tem de definir prioridades, a partir do quadro financeiro atual.-----

No que diz respeito ao tratamento terciário da ETAR de Angra, deu conta de que irá apurar a situação, prestando informação posteriormente.-----

O Vereador António Ventura leu o que estava previsto para 2011, anotando que o Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados deste ano foi aprovado tendo em conta este compromisso, com as ETARES de São Sebastião e São Mateus. Concluiu que consideram grave esta falha, uma vez que foi o mesmo Presidente dos Serviços Municipalizados, o ex-Vereador Francisco Cota Rodrigues, que elaborou o plano e orçamento de 2012. Indicou ainda que este compromisso permitiu a viabilização do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2011.-----

O Vereador Artur Lima interveio, referindo-se à construção do reservatório do Poejo, um processo que anotou ter tido início em 2010, passando a ler as informações relativas ao projeto. Inquiriu de seguida se a obra já foi consignada, visto faltar apenas uma semana para o final do ano. Questionou ainda se já foi feita a candidatura deste projeto aos fundos comunitários.-----

O Vereador José Élio Ventura respondeu que a obra não está consignada, acrescentando que se prevê consigná-la muito brevemente, perspetivando-a para os

primeiros dias de Janeiro. Em relação à candidatura, disse ter de apurar a informação, para a transmitir mais tarde.-----

O Vereador Fernando Dias tomou a palavra, retomando o assunto levantado pelo Vereador António Ventura, sobre as ETARES de São Sebastião e São Mateus, reproduziu a resposta do Vereador José Élio Ventura, que as ETARES já não são prioritárias. Neste sentido, indagou sobre qual a justificação para terem sido prioritárias no ano 2011. Acrescentou ainda que há um compromisso escrito, quantificado e planeado. Apontou ainda que o mesmo aconteceu com o tratamento terciário da ETAR de Angra, que num ano era prioritário e no outro deixou de o ser. O Vereador Fernando Dias referiu ainda o facto de a ETAR de São Sebastião estar desativada, indagando se esta quando foi feita era necessária, indicando que os resíduos estão a ser despejados no mar. Em relação a São Mateus disse não ter informações, questionando o Vereador José Élio Ventura a propósito.-----

O Vereador António Ventura reiterou o compromisso estabelecido a longo prazo, sublinhando que o Orçamento e Plano de 2011 foi viabilizado pelo PSD por via deste projeto, afirmando ser uma situação grave.-----

O Vereador Artur Lima anotou novamente a questão da credibilidade, reportando-se à discussão do Plano e Orçamento de 2011, recordando que o CDS-PP votou contra, apontando o compromisso firme assumido por parte do anterior Presidente dos Serviços Municipalizados, junto dos membros deste executivo, que agora é posto de parte, concluindo que tal merece censura. Indicou ainda que se o anterior executivo estivesse ainda presente o voto era contra. Acrescentou ainda que os dois membros do executivo que renunciaram aos seus cargos o fizeram na incapacidade de assumirem os seus compromissos, feitos perante os angrenses e perante este executivo.-----

O Vereador José Élio Ventura, sobre a questão de ser prioritário ou não, referiu que os trabalhos a desenvolver nestas ETARES são importantes e necessários, destacando que, perante o atual quadro financeiro, é preciso fazer opções, que foram as anteriormente referidas, mais orientadas para o sistema de abastecimento de água e abastecimento público. Sobre os compromissos, deu conta que tudo será feito para que estes sejam cumpridos, sublinhando o atual quadro financeiro e as contingências do

mesmo, dando o exemplo do atual Primeiro-Ministro, que durante a campanha se opunha aos cortes dos subsídios, tendo posteriormente feito estes mesmos cortes.-----

O Vereador Artur Lima diferenciou a situação do Primeiro-Ministro, por comparação, afirmando que este se deparou com um quadro de défice excessivo, anotando que esse não é o caso dos Serviços Municipalizados, que parte de uma situação de lucro, de quinhentos mil euros, concluindo que os Serviços Municipalizados foram economicamente sustentáveis. Manifestou ainda que o objetivo das instituições públicas não visa o lucro, mas o equilíbrio económico e financeiro, finalizando que este lucro deve reverter para melhorar as condições de vida dos munícipes.-----

O Vereador Fernando Dias anotou a referência do Presidente dos Serviços Municipalizados, o Vereador José Élio Ventura, à conjuntura financeira, apontando que a Câmara vai receber mais um milhão de euros, que não estão previstos em termos orçamentais. Manifestou estar curioso em saber onde é que esse um milhão vai ser investido, considerando que há margem para executar estes projetos. O Vereador Fernando Dias indicou o problema da credibilidade, levantado pelo Vereador Artur Lima, para assumir compromissos. Pediu de seguida que a situação fosse revista, para que os compromissos sejam assumidos e respeitados.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que o projeto a longo prazo das ETARES foi projetado assim, com a justificação que estas seriam uma prioridade para 2012-2013. Referiu novamente a importância dos compromissos assumidos e do facto de este projeto ter sido determinante para o voto a favor do PSD, que permitiu a continuidade do executivo camarário em 2011.-----

Depois da votação, a Presidente manifestou a sua surpresa com os resultados da mesma, deu conta de perceber as questões levantadas em relação às ETARES de São Mateus e São Sebastião, cujos casos disse conhecer, reconhecendo a importância do assunto e dos projetos, anotando estar à espera de uma proposta de revisão, que viabilizasse o Orçamento.-----

O Vereador Artur Lima afirmou a importância dos projetos, manifestando que não foram o único motivo para a sua votação, acrescentando o saneamento básico de Santa Luzia e os projetos de educação ambiental, por serem residuais no Orçamento. Apontou ainda

a estruturação do Orçamento. O Vereador manifestou ainda surpresa por a Presidente ter posto o Orçamento à votação, sem que houvesse uma discussão de propostas. A Presidente disse não ter percebido que existiam propostas. O Vereador Artur Lima e o Vereador Fernando Dias deram conta de estarem à espera de uma proposta.-----

O Vereador Artur Lima deu conta da possibilidade de se assumir um compromisso, como foi feito anteriormente, de serem revistos os projetos referidos, conforme a disponibilidade financeira futura.-----

A Presidente afirmou não ter percebido haver qualquer tipo de proposta no sentido de reavaliar a verba, concluindo por isso ter posto o assunto à votação.-----

O Vereador António Ventura recordou a questão levantada pelo Vereador Fernando Dias em relação ao milhão de euros a receber, ressaltando que o projeto das ETARES, que viabilizou o orçamento de 2011, através do compromisso político assumido, devia estar plasmado neste documento. Partindo do pressuposto que o documento seria aprovado, pôs a hipótese de o PSD ceder, com o compromisso de alguns projetos serem iniciados em 2012 e concluídos em 2013. A Presidente retorquiu que esse é o desejo de todos, mas que é impossível se comprometer com a conclusão de um projeto em 2013. Sugeriu que a quando da inserção das verbas seja feita uma reavaliação das questões colocadas legitimamente, tendo em conta o compromisso assumido, que disse ser desconhecido, até agora, pelo novos elementos do executivo camarário. Deixou o compromisso para que em janeiro reúnam no sentido de perceber como é que este compromisso não está contemplado no orçamento e no sentido de reavaliar a situação com o novo saldo de gerência e reintegrar estes projetos, que disse serem fundamentais.-----

O Vereador António Ventura apontou que o que aconteceu em relação ao Orçamento dos Serviços Municipalizados foi o mesmo que aconteceu em relação ao Orçamento da Câmara, ou seja, que houve um conjunto alargado de compromissos que não foram cumpridos, justificando assim o voto contra este Orçamento.-----

A Presidente frisou a disponibilidade e a abertura para chegarem a um consenso, como disse ter havido sempre. Denotou o impasse que teve lugar na discussão e a falta de

entendimento sobre as possibilidades, afirmando não haver, da parte da própria e dos Vereadores do PS, qualquer tipo de intransigência, acrescentando ainda que têm toda a disponibilidade para rever, depois da aprovação do orçamento, as questões legitimamente levantadas pela oposição. Concluiu a importância dos compromissos assumidos serem efetivamente levados a cabo e concretizados.-----

O Vereador António Ventura afirmou não se estar a avaliar pessoas, frisando que este não é um processo que comece da estaca zero, anotando no entanto que, depois da viabilização do documento mãe, estão dispostos a aceitar uma revisão em janeiro, que inclua os projetos das ETARES.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de ter percebido que não havia nenhuma margem de aceitação de se reapreciar as situações levantadas. Declarou que havendo, conforme foi afirmado, esse compromisso é para o próprio suficiente. Propôs nova votação, aceitando o compromisso pessoal e político do novo elenco camarário, concluindo que com diálogo podem ser ultrapassadas as divergências e podem ser assumidos compromissos para que, assim que possível, possam reagendar ou reescalonar os projetos para 2012 e 2013, conforme previsto no anterior documento, acrescentando uma melhor concretização das campanhas de sensibilização, que notou terem sido feitas no passado pelos Serviços Municipalizados com sucesso.-----

Sobre as campanhas de sensibilização ambiental, o Vereador José Élio Ventura concluiu que a situação das ETARES será avaliada e inserida em 2012 ou 2013.-----

A Presidente afirmou que há um compromisso de eventual inserção dos projetos das ETARES, que será avaliada e discutida a verba a afetar, bem como uma ponderação das alternativas e apreciação dos custos e benefícios, quando já tiverem os dados concretos.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que o Vereador José Élio Ventura havia afirmado que as ETARES não eram prioritárias. O Vereador José Élio Ventura explicou que, face à dotação orçamental que apresentou, com as prioridades imediatas e urgentes, o projeto das ETARES não era possível e que também não era possível substituir um dos referidos por esse, sem diminuir a importância destes, concluindo que com uma nova

dotação, há um novo cenário, que obriga a uma nova reflexão, para a qual disse terem toda a receptividade, principalmente tendo em conta o compromisso assumido.-----

O Vereador Fernando Dias anotou que o milhão a receber não será na íntegra para o projeto, indicando que este terá de ser desdobrado num ano ou dois. O Vereador José Élio Ventura concordou, reafirmando a importância da análise *a posteriori*.-----

O Vereador Artur Lima fez uma breve análise da evolução do projeto, dando conta da possibilidade, razoável, de esta só estar concluída em 2014, conforme as verbas disponíveis. Indicou ainda que os novos elementos do executivo não foram responsáveis pela elaboração do Orçamento e que não estavam a par dos compromissos assumidos, nomeadamente sobre a inclusão destes projetos.-----

O Vereador Fernando Dias concluiu que haverá a inserção dos projetos, ficando em dúvida a afetação de verbas, conforme as disponibilidades, por cerca de dois anos.-----

Após alguma discussão em torno do que ficaria assumido no compromisso, a Presidente sublinhou que qualquer alteração ao Orçamento dos Serviços é uma revisão e que essa virá a reunião de Câmara para discussão, quando vier a afetação, altura em que será deliberada a verba a afetar a cada um dos eventuais projetos. A Presidente concluiu que aquilo que consideram neste momento perfeitamente realizável é, atendendo a afetação de verbas que vão receber, avaliar quais os projetos que estavam a ser trabalhados, repescá-los e ver o custo de cada um e depois, em função desse projeto, quer do valor em causa, quer do prazo de execução, afetá-los a 2012, 2013 ou até 2014, em função do que for discutido. Ressalvou que os projetos serão reavaliados e que vão tentar perceber os motivos pelos quais os mesmos não foram consagrados no orçamento. O Vereador Fernando Dias acrescentou que poderão haver razões de ordem técnica. A Presidente concordou, dando conta que em São Sebastião deverá haver alguma razão de ordem técnica, uma vez que a mesma está desativada há muito tempo e não tem equipamento, pondo ainda a hipótese de a mesma, por estas razões, já nem cumprir a legislação e de, por isso, ter de ser feita uma alteração estrutural de fundo. Deu conta ainda do caso de São Mateus, e do facto de existirem muitas casas. Frisou que não se podem assumir compromissos quando não há conhecimentos técnicos das situações,

salvaguardou ainda que o compromisso consiste em repescar estes projetos, em função da nova dotação orçamental.-----

O Vereador António Ventura questionou se não houve diálogo entre a equipa que saiu e a que entrou. Indagou ainda se não haverá motivos políticos em torno das novas possibilidades apresentadas, pondo a hipótese de estas não terem acontecido se o CDS-PP tivesse se absterido. A Presidente respondeu que o Vereador terá oportunidade de perceber a importância das discussões, acrescentando ainda que nunca puseram em causa a importância dos projetos e que, de qualquer forma, ia-se tentar perceber o que seria possível fazer.-----

A Presidente pôs novamente o orçamento a votação.-----

Orçamento da Culturangra, EEM
para o ano de 2012

Ent. 6293 - Orçamento da empresa municipal **Culturangra, EEM**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. - **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado para a próxima reunião do executivo municipal.**-----

Tarifário da TERAMB para 2012

Ent. 6145 –Ofício n.º 111/2011, de 23 de Novembro de 2011, da **TERAMB, EEM**, remetendo o tarifário da mesma Empresa, destinado ao ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal. - **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado para a próxima reunião do executivo municipal.**-----

Orçamento para 2012, Plano de
Actividades da TERAMB

Ent. 6298 – Orçamento da TERAMB, EEM – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, para o ano 2012, para aprovação do órgão

executivo municipal. - **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado para a próxima reunião do executivo municipal.**-----

Nomeação representante

Ent 1858 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à designação, pelo órgão executivo, dos representantes da Edilidade na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. – **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, deliberou designar como representante na citada Associação o Vereador José Élio Ventura.**-----

Nomeação representante

Ent 1851 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à designação, pelo órgão executivo, do representante da Edilidade na Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI). - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, deliberou designar como representante na citada Associação a Chefe de Gabinete, Rosa Eduarda Dias Azevedo.**-----

Nomeação representante

Ent. 1853 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à designação, pelo órgão executivo, do representante da Edilidade na Associação Regional do Turismo (ART). - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, deliberou designar como representante na citada Associação a Chefe de Gabinete, Rosa Eduarda Dias Azevedo.**-----

Nomeação representante

Ent 1855 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à designação, pelo órgão executivo, do representante da Edilidade na

GRATER. - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, deliberou designar como representante na citada Associação o Vereador José Élio Ventura.**-----

Conselho de Administração

Ent 1854 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à nomeação, pelo órgão executivo, dos novos membros substitutos no Conselho de Administração da CULTURANGRA EEM. - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções deliberou aprovar esta proposta, a qual se anexa à presente ata.**-----

Conselho de Administração

Ent 1856 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à nomeação, pelo órgão executivo, do novo membro substituto no Conselho de Administração da TERAMB EEM. - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, deliberou nomear como Presidente do Conselho de Administração daquela empresa o Vereador José Élio Ventura.**-----

Conselho de Administração

Ent 1857 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à nomeação, pelo órgão executivo, dos novos membros substitutos no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. - **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções deliberou aprovar esta proposta, a qual se anexa à presente ata.**-----

Ent 1852 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro do corrente, com vista à deliberação pelo órgão executivo, da delegação de competências na signatária, nos termos e para os efeitos do artigo 65.º n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente entregou a proposta aos vários Vereadores presentes, anotando que, em relação à que havia sido entregue anteriormente, foi retirada a questão de serem delegadas as competências de autorização de despesas à Presidente até setecentos e trinta e oito mil euros, mantendo-se o atualmente previsto, os cento e cinquenta mil euros, que considerou ser margem mais que suficiente.-----

O Vereador Artur Lima sugeriu que a nova proposta seja inserida na base de dados. A Presidente assentiu.-----

A Presidente reiterou as declarações já feitas a propósito da delegação de competências, cujo objetivo disse ser a agilização dos procedimentos e simplificar os processos. Acrescentou que a aprovação passará posteriormente por uma subdelegação nas chefias, para tornar os processos ainda mais céleres.-----

O Vereador António Ventura deu conta que o PSD apresentou uma proposta de cessação da delegação de competências, a 17 de Janeiro de 2011, aprovada por maioria, que disse ter resultado da quebra de confiança entre quatro Vereadores e o executivo do PS e também de uma necessidade de compreenderem melhor o funcionamento da Câmara, através destas funções. Constatou que, desde o início, era a favor da delegação de competências. Posto isto, e tendo em conta que agora há parte da equipa que é nova, anotou o facto de esta trazer consigo a imposição da delegação de competências na Presidente, considerando que o processo de ganho de confiança deve ser normal e progressivo. Indicou ainda que o PSD considera que há um conjunto de decisões que podem ser delegadas, por facilitarem processos, tornando-os mais

céleres. Apesar disso, anotou que há um conjunto de funcionalidades que consideram que devem estar adstritas à Câmara, por não terem uma urgência diária e porque devem ser alvo de debate e discussão. Deu conta que o PSD propõe, oralmente, que um conjunto de tarefas possam ser delegadas na Presidente, continuando a haver outro conjunto de situações que ficam adstritas à Câmara.-----

O Vereador Fernando Dias leu a proposta das funcionalidades a manter sob responsabilidade do executivo.-----

A Presidente referiu que informalmente tinha-lhe sido indicado que a questão dos setecentos e trinta e oito mil euros seria importante, daí ter apresentado a proposta distribuída no corrente dia, que retirava essa questão, sublinhando a disponibilidade para o diálogo e consenso.-----

O Vereador Fernando Dias acrescentou que a questão do transporte se coloca ao nível dos *mini-buses*, indicando que era importante os Vereadores continuarem a acompanhar o processo. O Vereador Artur Lima deu conta de ser um concurso de um milhão de euros. A Presidente ressaltou que por isso tem sempre de vir a reunião da Câmara. O Vereador Fernando Dias explicou não estar a falar do concurso, mas do processo de criação de novos circuitos de transportes ao nível do Concelho, esclarecendo que no diz respeito a selos de estacionamento a questão não se coloca. A Presidente esclareceu que as regras de funcionamento dos *mini-buses* só são definidas no procedimento público, concluindo que não há uma alteração das redes sem ser por via concurso, ou seja, sem vir a reunião de Câmara. O Vereador Fernando Dias manifestou que a legislação é extremamente genérica, sugerindo que as delegações fossem feitas ponto a ponto. A Presidente chamou ainda a atenção para o facto de os Vereadores poderem sempre revogar a decisão, no caso de considerarem que não foi a melhor opção.-----

O Vereador António Ventura ressaltou novamente que concorda com a delegação de algumas competências, mas não de todas. Ressaltou novamente a questão política, relativamente à obrigatoriedade de delegar as competências, uma vez que considera que a confiança é ganha com tempo.-----

O Vereador Artur Lima disse ter uma proposta para votarem seguidamente, apontando que o voto sobre a delegação de competências está condicionado à aprovação da proposta do próprio, passando a lê-la.-----

Sobre as competências, o Vereador Artur Lima, considerou que a proposta entregue no corrente dia é um sinal claro de abertura de diálogo, que permite a aprovação da delegação de competências. Após leitura de alguns artigos, o Vereador Artur Lima afirmou que a lei dá todas as garantias de salvaguarda perante uma decisão com a qual os Vereadores não concordem. O Vereador Artur Lima anotou ter votado a favor da delegação de competências em 2009, o que considerou ser o normal numa Câmara, acrescentando que as decisões são revogáveis a todo o tempo. Concluiu, por estes motivos, não haver razões para não delegar as competências, que disse ser um sinal de confiança. O Vereador Artur Lima considerou que os novos elementos do executivo deram um sinal de vontade própria com a apresentação da proposta do corrente dia, considerando que tal é muito positivo, não obstante não desobedecerem ao PS.-----

A par da proposta do Vereador Artur Lima, a Presidente disse que vão sempre tentar dar conhecimento sobre as decisões tomadas, mesmo sobre as competências próprias. Concluiu que faz sentido que, por conta da confiança depositada, sejam apresentadas contas das decisões, afirmando que vai votar favoravelmente.-----

O Vereador Fernando Dias pediu que a proposta feita oralmente fosse votada.-----

A proposta do PSD foi reprovada, na sequência da aprovação da delegação de competências.-----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores eleitos pelo PSD votaram contra a delegação de competências na Presidente da Câmara, sob proposta desta, porque entendem que algumas delas deveriam continuar no órgão executivo conforme a lei prevê. ---

Assim, das 37 competências que a lei prevê como passíveis de delegação na Presidente de Câmara, existem 9 (25%) que entendemos manter na Câmara Municipal, a saber:-----

a) No Âmbito da Organização e Funcionamento dos Serviços e da Gestão Corrente-----

- ✓ Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;-----**

- ✓ Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;-----
- ✓ Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que, a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções;-----
- ✓ Aprovar os Projectos, programas de concurso e cadernos de encargos e proceder à adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços;-----
- ✓ Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessam à história do município;-----

b) No Âmbito do Planeamento e do Desenvolvimento-----

- ✓ Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal; -----
- ✓ Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico do município, incluindo, a construção de monumentos de interesse municipal.-----

c) No Âmbito do Apoio a Catividades de Interesse Municipal

- ✓ Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria, com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.-----

d) Outras Competências-----

- ✓ Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município.-----

Numa 2ª proposta, subscrita pela Presidente de Câmara, a competência para autorizar a locação e aquisição de bens móveis e serviços bem como a contratualização de empreitadas de obras públicas até ao limite legal de 748 196,85 €, foi retirada e bem, mas em nosso entender não foi suficiente para a podermos votar favoravelmente.-----

Mesmo não delegando nenhuma competência a Presidente de Câmara e vereadores continuam com amplos poderes no que respeita ao funcionamento do Município, incluindo o de despesas até 150 000 €.-----

Para além disso e sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, o Presidente pode praticar quaisquer actos da competência desta, ficando tais actos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.-----

A questão das competências é uma falsa questão com a qual o PS se tem alimentado para emergir como vítima duma oposição que diz ser dura e pura.-----

Este assunto surgiu apenas por falta de diálogo e desconfiança que o PS cultivou desde o início de mandato.-----

Quais os factos significativos que os vereadores do PS quiseram fazer e a oposição não deixou? Significativos, dois. Não concordou, e muito bem, que a empresa municipal TERAMB se transformasse na empresa recreativa da Ilha Terceira e que o tarifário da água, saneamento e resíduos se tenha mantido estável não onerando ainda mais as famílias e as empresas Angrenses. -----

A história que o PS conta, de que muitos processos por terem de ir às reuniões de Câmara, prejudicam o cidadão, está propositadamente empolada para servir de propaganda fácil.-----

Processos que demoram a resolver 6 meses, 1 e 2 anos não têm comparação com os 8 dias que no máximo poderão atrasar por irem à reunião camarária.-----

Não é democraticamente correto fazer depender de um compromisso prévio de aprovação do orçamento e de delegação de competências para assumir funções para que foram eleitos os cidadãos que seguem na lista que obteve mais votos nas eleições.-----

Verifica-se a total ausência de capacidade de diálogo e de audição da oposição, contrariando as regras democráticas.-----

As exigências do PS são uma desastrada manifestação de totalitarismo.-----

O mandato recebido pelo PS não dá a este partido todos os poderes, incluindo o de não ouvir as minorias, cuja voz representa o pensar de uma parte dos eleitores cuja derrota não os ostraciza.-----

Para o PS a oposição quer-se calada e obediente, se possível escondida ou inexistente.-----

Perante o "novo cenário" que a atual situação autárquica do Concelho de Angra apresenta, os vereadores eleitos pelo PSD entendiam ser esta uma oportunidade para alterar o funcionamento da vereação, incrementar o diálogo entre eleitos e melhorar o relacionamento institucional entre vereadores do poder e vereadores da oposição.-----

Pretendia-se assim, dar passos no sentido de otimizar procedimentos ao nível do órgão executivo do Município.-----

Nesse sentido, e passados que estão mais de dois anos de duração do presente mandato autárquico, os vereadores do PSD entendiam ser adequada à melhor agilização do funcionamento da Autarquia, delegar na Presidente da Câmara as competências relativas à gestão da atividade corrente do Município e respetivo expediente, de modo a obter ainda, maior celeridade possível na resolução dos problemas mais imediatos do Município e dos municípios. -----

No entanto, pela leitura que há muito fazemos dos resultados das últimas eleições, as quais queremos respeitar e fazer cumprir, há questões e decisões relativas à gestão do Município que não são "imediatas" e que devem ser alvo de discussão e de consensos, tão alargados quanto for possível. A população que votou nas últimas autárquicas, determinou que os partidos da oposição devem ser ouvidos na vereação e devem ter peso nas decisões camarárias.-----

Entendemos o exercício deste mandato como uma vontade dos eleitores para que haja maior discussão, transparência nas grandes decisões a tomar e se obtenha o maior número de pontos de convergência e consensos que se puder. É imperativo que haja capacidade de gerar entendimentos entre o programa do partido mais votado e os contributos dos partidos da oposição, que devem ser auscultados, tidos em conta e participar das grandes decisões para o Concelho. O mandato que todos os eleitos, poder e oposição, têm, de acordo com os

resultados eleitorais em vigor, terá de ser de diálogo e de pluralidade que deve, sem reservas, ser colocado ao serviço do Concelho de Angra do Heroísmo.-----
Lamentavelmente tal não foi possível. Os Angrenses ficam a perder ... mais uma vez.”-----

Fora da agenda

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

9ª Alteração ao Orçamento de 2011

Ent. 1871 - Despacho da Presidente da Câmara Municipal para deliberação do órgão executivo, da 9.ª Alteração ao Orçamento de 2011, nos termos do ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A 2002 de 11 de Janeiro, bem como com alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da mesma Lei. Este despacho contempla uma modificação do orçamento com vista ao reajustamento de diversas dotações de despesas, no valor global de € 90.092,00, sem alteração do valor global do Orçamento em vigor. Para ratificação pelo órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da LAL. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Nomeação de Juízes Sociais

Ent. 5778 – Informação da UGESI – DEHS, no sentido de serem nomeados os Juízes Sociais do Município de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de Junho. – **Após votação por escrutínio secreto, a Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a informação e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, para aprovação.**-----

Recomendação apresentada pelo
Vereador do CDS-PP

Recomendação apresentada pelo Vereador do CDS-PP, datada de 20 de Dezembro de 2011, propondo as suas condições para aprovação da delegação de competências da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na sua presidente, com poderes para subdelegar em quaisquer dos Vereadores. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou esta proposta.**-----

Alteração da reunião pública

Proposta verbal da Presidente da Câmara, no sentido de ser alterada a reunião pública do executivo municipal do dia 26 de Dezembro para o dia 27 do mesmo mês, pelas 9H30. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o proposto.**-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....